

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	8
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	9

Demonstração do Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	11
Balanço Patrimonial Passivo	12
Demonstração do Resultado	13
Demonstração do Resultado Abrangente	14
Demonstração do Fluxo de Caixa	15

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	17
DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017	18

Demonstração do Valor Adicionado	19
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	20
--------------------------	----

Notas Explicativas	24
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	72
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	74
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	75
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	76

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 31/03/2018
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	726.415.783
Preferenciais	0
Total	726.415.783
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária	27/04/2018	Dividendo	27/04/2018	Ordinária		0,07707

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	9.408.577	9.461.063
1.01	Ativo Circulante	261.433	605.717
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	117.353	468.880
1.01.03	Contas a Receber	117.998	105.372
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	117.998	105.372
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	113.367	103.510
1.01.03.02.02	Instrumentos Financeiros Derivativo	4.631	1.862
1.01.06	Tributos a Recuperar	25.066	26.931
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	25.066	26.931
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	25.066	26.931
1.01.07	Despesas Antecipadas	495	4.057
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	521	477
1.01.08.03	Outros	521	477
1.01.08.03.01	Adiantamento para Novos Projetos	228	196
1.01.08.03.02	Outros Créditos	293	281
1.02	Ativo Não Circulante	9.147.144	8.855.346
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	1.622.127	1.593.689
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1.581.316	1.555.115
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	1.581.316	1.555.115
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	40.811	38.574
1.02.01.09.03	Depósito Judiciais	6.280	6.279
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	34.531	32.295
1.02.02	Investimentos	7.470.363	7.207.295
1.02.02.01	Participações Societárias	7.470.363	7.207.295
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	7.470.363	7.207.295
1.02.03	Imobilizado	7.033	7.039
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	7.033	7.039
1.02.04	Intangível	47.621	47.323
1.02.04.01	Intangíveis	47.621	47.323

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	9.408.577	9.461.063
2.01	Passivo Circulante	610.289	667.956
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	26.442	24.142
2.01.01.01	Obrigações Sociais	26.442	24.142
2.01.02	Fornecedores	4.215	3.202
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.215	3.202
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.123	2.960
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	1.123	2.960
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	218.379	266.693
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	167.311	246.708
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	0	79.709
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	167.311	166.999
2.01.04.02	Debêntures	51.068	19.985
2.01.05	Outras Obrigações	360.130	370.959
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	301.232	309.426
2.01.05.01.02	Débitos com Controladas	301.186	309.032
2.01.05.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	46	394
2.01.05.02	Outros	58.898	61.533
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	56.379	56.379
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	0	88
2.01.05.02.05	Outros	2.519	5.066
2.02	Passivo Não Circulante	2.204.084	2.191.504
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.608.370	1.606.903
2.02.01.02	Debêntures	1.608.370	1.606.903
2.02.02	Outras Obrigações	595.533	584.419
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	579.705	569.649
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	579.705	569.649
2.02.02.02	Outros	15.828	14.770
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	15.828	14.770
2.02.04	Provisões	181	182
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	181	182
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	181	182
2.03	Patrimônio Líquido	6.594.204	6.601.603
2.03.01	Capital Social Realizado	5.047.469	5.047.469
2.03.04	Reservas de Lucros	1.576.405	1.576.405
2.03.04.01	Reserva Legal	155.225	155.225
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	1.421.180	1.421.180
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-7.399	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	15.739	67.983
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-3.583	-4.086
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-3.271	-2.653
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-244	-1.366
3.04.02.03	Tributárias	-68	-67
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	727	2.045
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.595	70.024
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	15.739	67.983
3.06	Resultado Financeiro	-23.138	13.531
3.06.01	Receitas Financeiras	36.343	81.635
3.06.01.01	Receitas Financeiras	36.343	81.635
3.06.02	Despesas Financeiras	-59.481	-68.104
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-58.018	-74.854
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-1.463	6.750
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-7.399	81.514
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	0	-7.612
3.08.01	Corrente	0	-7.612
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-7.399	73.902
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-7.399	73.902
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,01020	0,13100

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido do Período	-7.399	73.902
4.03	Resultado Abrangente do Período	-7.399	73.902

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	1.525	-769
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.167	-12.229
6.01.01.01	Lucro Líquido do Exercício	-7.399	73.902
6.01.01.02	Baixa de ativo permanente	-1	0
6.01.01.03	Juros e variações monetárias de empréstimos	-10.603	-34.992
6.01.01.04	Equivalência Patrimonial	-18.595	-70.024
6.01.01.05	Constituição (reversão) de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	69	2
6.01.01.06	Depreciações e amortizações	2.375	1.424
6.01.01.07	Juros e variações monetárias de debêntures	32.976	7.352
6.01.01.09	Perda / (ganho) operação Swap	2.345	10.107
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	358	11.460
6.01.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	-3.224	12.079
6.01.02.02	Despesas Antecipadas	3.562	-666
6.01.02.03	Impostos a Recuperar	-94	-3.981
6.01.02.04	Outros Créditos	-12	-42
6.01.02.05	Fornecedores	-32	-131
6.01.02.06	Obrigações Sociais	2.300	4.851
6.01.02.07	Obrigações Fiscais	985	5.555
6.01.02.08	Fornecedores - Partes relacionadas	5	-1.979
6.01.02.09	Outras Contas a Pagar	-2.973	-1.877
6.01.02.10	Cauções Contratuais	-88	0
6.01.02.11	Depósitos Judiciais	-1	0
6.01.02.12	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-2.349
6.01.02.13	Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	-70	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-252.559	-331.705
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-381	0
6.02.02	Adições ao Intangível	-1.778	-5.728
6.02.03	Aplicação financeira vinculada	0	-77.386
6.02.04	Adições aos Investimentos	-250.400	-398.500
6.02.05	Recebimento de Juros sobre Capital Próprio	0	10.561
6.02.06	Recebimento de Dividendos	0	139.348
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-100.493	220.292
6.03.01	Pagamentos	-72.400	0
6.03.02	Pagamentos partes relacionadas	-13.000	-37.497
6.03.03	Pagamentos de juros	-9.979	-1.541
6.03.04	Pagamentos Juros - Partes relacionadas	0	-45.621
6.03.05	Captações - Empréstimos	0	75.000
6.03.06	Aumento de capital	0	235.000
6.03.07	Pagamento - Instrumento Financeiro derivativo	-5.114	-5.049
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-351.527	-112.182
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	468.880	151.383
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	117.353	39.201

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.047.469	0	1.576.405	0	-22.271	6.601.603
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.047.469	0	1.576.405	0	-22.271	6.601.603
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-7.399	0	-7.399
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-7.399	0	-7.399
5.07	Saldos Finais	5.047.469	0	1.576.405	-7.399	-22.271	6.594.204

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	3.175.816	0	1.395.399	0	-22.271	4.548.944
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.175.816	0	1.395.399	0	-22.271	4.548.944
5.04	Transações de Capital com os Sócios	235.000	0	0	0	0	235.000
5.04.01	Aumentos de Capital	235.000	0	0	0	0	235.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	73.902	0	73.902
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	73.902	0	73.902
5.07	Saldos Finais	3.410.816	0	1.395.399	73.902	-22.271	4.857.846

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	727	2.045
7.01.02	Outras Receitas	727	2.045
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-504	-1.174
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-282	-811
7.02.04	Outros	-222	-363
7.03	Valor Adicionado Bruto	223	871
7.04	Retenções	-2.375	-1.424
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.375	-1.424
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-2.152	-553
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	53.475	158.409
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	18.595	70.024
7.06.02	Receitas Financeiras	36.343	81.635
7.06.03	Outros	-1.463	6.750
7.06.03.01	Outros	-1.463	6.750
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	51.323	157.856
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	51.323	157.856
7.08.01	Pessoal	613	1.405
7.08.01.01	Remuneração Direta	549	1.455
7.08.01.02	Benefícios	17	-91
7.08.01.03	F.G.T.S.	47	41
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	2.261	13.565
7.08.02.01	Federais	2.259	13.559
7.08.02.02	Estaduais	2	6
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	37.934	22.503
7.08.03.01	Juros	34.681	10.423
7.08.03.02	Aluguéis	19	11
7.08.03.03	Outras	3.234	12.069
7.08.03.03.01	Outras	2.620	668
7.08.03.03.02	Perdas em Operações de SWAP	614	11.401
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-7.399	73.902
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-7.399	73.902
7.08.05	Outros	17.914	46.481
7.08.05.01	Juros com Partes Relacionadas	17.914	46.481

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
1	Ativo Total	14.334.838	14.312.293
1.01	Ativo Circulante	954.079	974.834
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	668.769	698.941
1.01.03	Contas a Receber	166.784	158.150
1.01.03.01	Clientes	161.939	156.073
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	4.845	2.077
1.01.03.02.01	Contas a Receber - Partes Relacionadas	214	215
1.01.03.02.02	Contas a Receber com operações de Derivativos	4.631	1.862
1.01.04	Estoques	15.410	15.564
1.01.06	Tributos a Recuperar	74.409	70.706
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	74.409	70.706
1.01.07	Despesas Antecipadas	11.234	18.348
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	17.473	13.125
1.01.08.03	Outros	17.473	13.125
1.01.08.03.01	Outros Créditos	17.473	13.125
1.02	Ativo Não Circulante	13.380.759	13.337.459
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	665.910	647.134
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	107.376	103.424
1.02.01.03	Contas a Receber	236	236
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	236	236
1.02.01.06	Tributos Diferidos	398.516	382.689
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	398.516	382.689
1.02.01.07	Despesas Antecipadas	19.737	19.940
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	140.045	140.845
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	89.688	93.779
1.02.01.09.04	Impostos a Recuperar	50.357	47.066
1.02.02	Investimentos	19	19
1.02.02.01	Participações Societárias	19	19
1.02.02.01.04	Outras Participações Societárias	19	19
1.02.03	Imobilizado	61.887	60.000
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	61.887	60.000
1.02.04	Intangível	12.652.943	12.630.306
1.02.04.01	Intangíveis	12.652.943	12.630.306

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2018	Exercício Anterior 31/12/2017
2	Passivo Total	14.334.838	14.312.293
2.01	Passivo Circulante	1.950.583	2.050.785
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	100.016	91.607
2.01.01.01	Obrigações Sociais	100.016	91.607
2.01.02	Fornecedores	152.502	169.095
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	152.502	169.095
2.01.03	Obrigações Fiscais	78.038	78.745
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.016.604	1.067.373
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	487.757	573.797
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	320.446	406.798
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	167.311	166.999
2.01.04.02	Debêntures	528.847	493.576
2.01.05	Outras Obrigações	417.508	438.784
2.01.05.02	Outros	417.508	438.784
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	56.376	56.379
2.01.05.02.04	Cauções Contratuais	86.868	93.233
2.01.05.02.05	Outros	21.156	27.452
2.01.05.02.06	Credores pela Concessão	248.936	257.637
2.01.05.02.07	Taxa de fiscalização	4.172	4.083
2.01.06	Provisões	185.915	205.181
2.01.06.02	Outras Provisões	185.915	205.181
2.01.06.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	148.452	178.542
2.01.06.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	37.463	26.639
2.02	Passivo Não Circulante	5.798.479	5.670.665
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.170.514	5.023.501
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	2.813.385	2.625.322
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.813.385	2.625.322
2.02.01.02	Debêntures	2.357.129	2.398.179
2.02.02	Outras Obrigações	59.662	58.615
2.02.02.02	Outros	59.662	58.615
2.02.02.02.03	Credores pela Concessão	6.788	8.645
2.02.02.02.04	Outras Contas a Pagar	2.337	2.726
2.02.02.02.05	Obrigações Fiscais	50.359	47.066
2.02.02.02.06	Fornecedores	178	178
2.02.03	Tributos Diferidos	42.966	49.764
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	42.966	49.764
2.02.04	Provisões	525.337	538.785
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	98.610	101.000
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	98.610	101.000
2.02.04.02	Outras Provisões	426.727	437.785
2.02.04.02.04	Provisões para Manutenção em Rodovias	280.554	283.501
2.02.04.02.05	Provisões para Investimentos em Rodovias	146.173	154.284
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	6.585.776	6.590.843
2.03.01	Capital Social Realizado	5.047.469	5.047.469
2.03.04	Reservas de Lucros	1.560.578	1.565.645
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-22.271	-22.271

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	928.581	1.110.240
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-741.782	-842.118
3.03	Resultado Bruto	186.799	268.122
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-55.206	-53.673
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-56.984	-55.933
3.04.02.01	Gerais e Administrativas	-52.630	-49.699
3.04.02.02	Remuneração da Administração	-4.354	-6.234
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	1.862	2.357
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-84	-97
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	131.593	214.449
3.06	Resultado Financeiro	-129.047	-98.180
3.06.01	Receitas Financeiras	12.461	19.957
3.06.01.01	Receitas Financeiras	12.461	19.957
3.06.02	Despesas Financeiras	-141.508	-118.137
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-140.045	-124.887
3.06.02.02	Variação Cambial Líquida	-1.463	6.750
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	2.546	116.269
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-7.613	-39.978
3.08.01	Corrente	-30.238	-53.858
3.08.02	Diferido	22.625	13.880
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-5.067	76.291
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-5.067	76.291
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-5.067	76.291
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	-0,00700	0,13520

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-5.067	76.291
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-5.067	76.291
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-5.067	76.291

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual	Acumulado do Exercício
		01/01/2018 à 31/03/2018	Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	319.806	183.958
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	441.198	390.523
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	-5.067	76.291
6.01.01.02	Baixa de Ativo Permanente	954	3.802
6.01.01.03	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	-22.625	-13.880
6.01.01.04	Variação Monetária e Juros s/ Credores da Concessão	6.636	1.992
6.01.01.05	Receita com Aplicações Financeiras Vinculadas	-1.584	-7.338
6.01.01.06	Juros e Variações Monetárias de Empréstimos	56.448	29.710
6.01.01.07	Juros e Variações Monetárias de Debêntures	57.362	51.217
6.01.01.08	Despesa Financeira (ajuste valor presente)	9.188	10.426
6.01.01.09	Constituição (reversão) de Provisão Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	4.526	3.993
6.01.01.10	Constituição (reversão) de Provisão para manutenção	87.815	45.812
6.01.01.11	Depreciações e Amortizações	245.200	178.391
6.01.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	2.345	10.107
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-121.392	-206.565
6.01.02.01	Contas a Receber	-5.785	-1.686
6.01.02.02	Contas a Receber - Partes Relacionadas	1	-6
6.01.02.03	Estoques	154	3.027
6.01.02.04	Despesas Antecipadas	7.317	2.852
6.01.02.05	Impostos a Recuperar	-5.879	-5.033
6.01.02.06	Pagamento de juros	-92.780	-187.430
6.01.02.07	Outros Créditos	-7.053	885
6.01.02.08	Imposto de renda e contribuição social pagos	-30.638	-39.982
6.01.02.09	Depósitos Judiciais	2.137	6.424
6.01.02.10	Outras Contas a Receber	0	1.866
6.01.02.11	Fornecedores	1.292	-27.174
6.01.02.12	Cauções Contratuais	1.472	233
6.01.02.13	Obrigações Sociais	8.409	10.606
6.01.02.14	Obrigações Fiscais	24.930	29.927
6.01.02.16	Credores pela Concessão	-30	-17
6.01.02.17	Riscos Cíveis, Trabalhistas e Fiscais	-6.916	-4.102
6.01.02.18	Outros Passivos	-18.023	3.045
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-393.979	-445.209
6.02.01	Aquisições de Itens do Ativo Imobilizado	-6.024	-4.826
6.02.02	Adições ao Intangível	-384.625	-525.551
6.02.03	Aplicações Financeiras Vinculadas	-7.965	-128.363
6.02.04	Valor Resgatado das Aplicações Vinculadas	4.635	213.531
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	44.001	230.596
6.03.01	Empréstimos e Financiamentos (captações, pagamento principal)	125.409	10.394
6.03.02	Debêntures (captação, pagamento principal)	-50.000	2.665
6.03.03	Pagamento de Credores pela Concessão	-17.164	-21.473
6.03.04	Aumento de capital	0	235.000
6.03.05	Risco sacado	-9.130	9.059
6.03.06	Pagamento - Instrumento financeiro derivativo	-5.114	-5.049

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-30.172	-30.655
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	698.941	384.111
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	668.769	353.456

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	5.047.469	0	1.565.645	0	-22.271	6.590.843	0	6.590.843
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.047.469	0	1.565.645	0	-22.271	6.590.843	0	6.590.843
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-5.067	0	-5.067	0	-5.067
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-5.067	0	-5.067	0	-5.067
5.07	Saldos Finais	5.047.469	0	1.565.645	-5.067	-22.271	6.585.776	0	6.585.776

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2017 à 31/03/2017**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	3.175.816	0	1.375.078	0	-22.271	4.528.623	0	4.528.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.175.816	0	1.375.078	0	-22.271	4.528.623	0	4.528.623
5.04	Transações de Capital com os Sócios	235.000	0	0	0	0	235.000	0	235.000
5.04.01	Aumentos de Capital	235.000	0	0	0	0	235.000	0	235.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	76.291	0	76.291	0	76.291
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	76.291	0	76.291	0	76.291
5.07	Saldos Finais	3.410.816	0	1.375.078	76.291	-22.271	4.839.914	0	4.839.914

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2018 à 31/03/2018	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2017 à 31/03/2017
7.01	Receitas	996.647	1.174.278
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	747.004	688.312
7.01.02	Outras Receitas	249.643	485.966
7.01.02.01	Receita dos Serviços de Construção	238.076	473.578
7.01.02.02	Outras	11.567	12.388
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-479.936	-653.385
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-81.072	-76.527
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-34.038	-30.157
7.02.04	Outros	-364.826	-546.701
7.02.04.01	Custo dos Serviços de Construção	-238.076	-473.578
7.02.04.02	Custo da Concessão	-27.109	-25.603
7.02.04.03	Outros	-11.826	-1.708
7.02.04.04	Custo de Provisão de Manutenção em Rodovias	-87.815	-45.812
7.03	Valor Adicionado Bruto	516.711	520.893
7.04	Retenções	-245.200	-178.391
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-245.200	-178.391
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	271.511	342.502
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	31.450	77.955
7.06.02	Receitas Financeiras	12.461	19.957
7.06.03	Outros	18.989	57.998
7.06.03.01	Outros	-1.463	6.750
7.06.03.02	Juros capitalizados	20.452	51.248
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	302.961	420.457
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	302.961	420.457
7.08.01	Pessoal	69.829	66.351
7.08.01.01	Remuneração Direta	54.231	51.015
7.08.01.02	Benefícios	11.601	11.365
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.997	3.971
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	78.422	107.078
7.08.02.01	Federais	40.392	72.042
7.08.02.02	Estaduais	39	9
7.08.02.03	Municipais	37.991	35.027
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	159.777	163.314
7.08.03.01	Juros	121.653	107.097
7.08.03.02	Aluguéis	3.440	4.601
7.08.03.03	Outras	34.684	51.616
7.08.03.03.01	Juros Capitalizados	11.178	24.216
7.08.03.03.02	Outras	22.892	15.999
7.08.03.03.03	Perdas em operações Swap	614	11.401
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-5.067	76.291
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-5.067	76.291
7.08.05	Outros	0	7.423
7.08.05.01	Juros - Debêntures privadas e mútuos	0	7.423

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho

DESTAQUES 1T18

- ▮ **Tráfego Pedagiado:** Em linha com a recuperação econômica do país, o número de veículos equivalentes teve um crescimento de 4,2% na comparação com o 1T17 (em IMD o aumento foi de 3,1%).
- ▮ **Receita de Pedágio:** Totalizou R\$ 747,0 milhões no trimestre com crescimento de 8,5% em relação ao 1T17. O aumento da Receita veio em linha com os reajustes de tarifas entre os períodos e com a melhora do tráfego pedagiado.
- ▮ **Endividamento:** A dívida líquida totalizou R\$ 5,4 bilhões ao final do 1T18, um aumento de 2,3% em relação ao 4T17.
- ▮ **Investimentos:** Foi investido um total de R\$ 390,6 milhões no trimestre em melhorias e manutenção das rodovias, principalmente destinados aos investimentos nas concessões federais.
- ▮ Extensão de prazo de vencimento final do contrato de concessão da controlada Vianorte S.A. em 53 dias.

Receitas

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS CONSOLIDADOS					
(Em milhares de reais)					
	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	994.784	1.134.147	1.172.003	-12,3%	-15,1%
Receitas de pedágio	747.004	767.462	688.312	-2,7%	8,5%
Outras receitas	9.704	10.163	10.113	-4,5%	-4,0%
Receitas de obras	238.076	356.522	473.578	-33,2%	-49,7%
DEDUÇÕES DA RECEITA	-66.204	-68.407	-61.763	-3,2%	7,2%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	928.580	1.065.740	1.110.240	-12,9%	-16,4%

Receita de Pedágio

No 1T18 a **receita de pedágio** da Arteris apresentou aumento de 8,5% em relação ao 1T17, derivada dos reajustes de tarifas aplicados, sendo que todas as concessionárias federais obtiveram reajustes superiores à inflação em função de reequilíbrios dos contratos provenientes de aditivos.

Além disso, o aumento das receitas de pedágio está diretamente ligado com a recuperação do tráfego nas rodovias, atrelado à retomada da economia, da recuperação da produção industrial e da forte demanda do setor do agronegócio (com a safra recorde de grãos).

Comentário do Desempenho

Receita de Obras

As Receitas de obras totalizaram de R\$ 238,1 milhões no 1T18 (-49,7% comparado com o 1T17). Vale ressaltar que, as receitas de obras são uma representação contábil e sem efeito caixa dos investimentos da Companhia — adição de ativos intangíveis — na infraestrutura de suas rodovias, sendo que, atualmente, praticamente toda ela está relacionada às concessões federais.

Outras Receitas

As **outras receitas** são compostas exclusivamente de **receitas acessórias** oriundas da exploração/comercialização de serviços na faixa de domínio das rodovias concessionadas.

No 1T18 as outras receitas registraram um montante de **R\$ 9,7 milhões** para a Companhia, redução de 4,0% na comparação com o 1T17, principalmente em função de receitas não recorrentes auferidas em 2017 referentes a transito de cargas especiais nas concessões estaduais.

Custos e Despesas

O **total geral de custos e despesas**, o que inclui itens não caixa — custos de construção, provisões, depreciações e amortizações, apresentaram uma redução de **11,0%** em relação ao 1T17, justificado principalmente pela redução nos custos dos serviços de construção, os quais não possuem efeito caixa. Sem os efeitos não caixa e o efeito da margem da construtora que não é comparável, houve um crescimento de **5,2%**.

EBITDA e EBITDA Ajustado

O **EBITDA** da Arteris totalizou R\$ 376,8 milhões no 1T18, uma redução de 4,1% em relação ao 1T17. Quanto ao **EBITDA Ajustado** que não considera a provisão para manutenção de rodovias, uma vez que não tem “efeito caixa”, registrou um montante de R\$ 464,6 milhões no 1T18, **aumento de 5,9%** comparado ao mesmo trimestre do ano anterior.

	EBITDA				
	(Em milhares de reais)				
	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	928.580	1.065.740	1.110.240	-12,9%	-16,4%
Custos e Despesas (excl. deprec. e amortizaç	-551.787	-665.990	-717.400	-17,1%	-23,1%
EBITDA ¹	376.793	399.750	392.840	-5,7%	-4,1%
Margem EBITDA*	54,6%	56,4%	61,7%	-1,8 p.p.	-7,1 p.p.
(+) Provisão para manutenção de rodovias	87.815	42.238	45.812	107,9%	91,7%
EBITDA Ajustado ²	464.608	441.988	438.652	5,1%	5,9%
Margem EBITDA Ajustada*	67,3%	62,3%	68,9%	5,0 p.p.	-1,6 p.p.

* A Margem EBITDA e margem EBITDA ajustada, considera a Receita Operacional Líquida excluindo as Receitas de Obras.

¹ EBITDA (*Earnings before Interest, Taxes, Depreciation and Amortization*): medida de desempenho operacional dada pelo Lucro antes dos Juros, Impostos, Depreciação e Amortização (LAJIDA). O EBITDA não é medida utilizada nas práticas contábeis e também não representa fluxo de caixa para os períodos apresentados, não devendo ser considerado como alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. O EBITDA não tem significado padronizado e, portanto, não pode ser comparado ao EBITDA de outras companhias.

² Considera os ajustes relativos a reversões da provisão p/ manutenção de rodovias (pronunciamento contábil ICPC 01). A Companhia entende que o EBITDA ajustado é a melhor representação da sua geração de caixa operacional uma vez que a provisão para a manutenção é um item significativo que não possui efeito caixa na demonstração do resultado do exercício.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

O **resultado financeiro líquido** da Arteris apresentou uma variação negativa de **31,4%** em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, registrando um montante negativo de **R\$ 129,0 milhões**, em função das seguintes variações:

- As **Receitas Financeiras** totalizaram no 1T18 **R\$ 12,5 milhões** e apresentaram redução de **37,5%** em relação ao 1T17, a explicação refere-se principalmente ao fato da queda nos juros que remuneraram as aplicações financeiras (atreladas ao CDI).
- As **Despesas Financeiras** tiveram um aumento de **12,1%** em relação ao 1T17 ficando em **R\$ 140,0 milhões**, explicado principalmente pelo aumento dos encargos financeiros em função de um maior endividamento bruto;

Lucro Líquido

No 1T18, o resultado da Arteris apresentou um prejuízo de **R\$ 5,1 milhões**, redução de 106,6% em comparação ao lucro líquido apresentado no 1T17. Apesar do crescimento do tráfego pedagiado e da tarifa média, esse resultado é explicado pelo aumento da rubrica de provisão para manutenção, uma vez que o término de algumas concessões estaduais está próximo, fazendo-se com que se provisione muito das intervenções finais dos pavimentos no atual exercício e provisões realizadas nas concessões federais, além disso, houve um crescimento no saldo da depreciação em função do aumento dos investimentos entregues, principalmente a entrega da obra da Serra do Cafezal em dezembro de 2017. Lembrando que o critério de amortização é linear e não crescente pelo tráfego.

Endividamento

Em 31 de março de 2018, a **dívida líquida** da Companhia totalizou **R\$ 5,4 bilhões**, um aumento de **2,3%** em relação a 31 de dezembro de 2017, principalmente devido a uma menor posição de caixa, que vem sendo utilizado para fazer frente aos investimentos da Cia.

Endividamento (Em milhares de reais)	1T18	4T17	1T17	Var% 1T18/4T17	Var% 1T18/1T17
Dívida Bruta	6.187.118	6.090.874	5.233.186	1,6%	18,2%
Curto Prazo	1.016.604	1.067.373	1.471.436	-4,8%	-30,9%
Longo Prazo	5.170.514	5.023.501	3.761.750	2,9%	37,4%
Posição de Caixa	776.145	802.365	531.143	-3,3%	46,1%
Caixa e equivalentes de caixa	668.769	698.941	353.456	-4,3%	89,2%
Aplicações financeiras vinculadas ¹	107.376	103.424	177.687	3,8%	-39,6%
Dívida Líquida	5.410.973	5.288.509	4.702.043	2,3%	15,1%

¹ Curto e longo prazos

Ônus Fixo pago ao Poder Concedente (Concessionárias Estaduais)

De acordo com as condições estabelecidas nos contratos de concessão, as concessionárias estaduais devem pagar ônus fixo ao Poder Concedente como contrapartida pela outorga da concessão. No 1T18, o montante pago foi correspondente a R\$ 17,2 milhões, uma redução de 20,1% comparado com o 1T17, explicada por um menor saldo pago pela concessionária Vianorte devido ao término da concessão.

Comentário do Desempenho

Investimentos e Manutenção de Rodovias

O **total de investimentos** realizados pela Companhia em suas rodovias no 1T18 foi de **R\$ 390,6 milhões**. Deste total, R\$ 281,3 milhões foram destinados para obras de infraestrutura (registradas no ativo intangível e imobilizado) em sua grande maioria concentradas nas rodovias federais e R\$ 109,3 milhões corresponderam à manutenção das rodovias estaduais do grupo.

Informações divulgadas pela Abertis

As informações financeiras e operacionais trimestrais divulgadas pela Abertis referentes à Arteris, não são necessariamente idênticas aos resultados reportados pela Companhia, uma vez que as regras do IFRS no Brasil apresentam algumas diferenças com os critérios de IFRS reportados pela Abertis. A Abertis também inclui em seus resultados determinados impactos relacionados ao tratamento contábil da transação de compra da Participes em Brasil S.L., sociedade controladora de 82,3% da Arteris.

A evolução de tráfego das concessionárias da Companhia medida pelo IMD (Intensidade Média Diária), conceito habitualmente utilizado pela Abertis para medir o desempenho de tráfego, representa o volume médio diário de tráfego da concessionária, em veículos absolutos, e é calculado pela média diária de veículos em cada praça de pedágio, ponderada pela quilometragem da rodovia.

Notas Explicativas

ARTERIS S.A. E CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS TRIMESTRAIS REFERENTE AO TRIMESTRE FINDO EM 31 DE MARÇO DE 2018

(Valores expressos em milhares de Reais - R\$, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Arteris S.A. ("Sociedade ou Controladora") é uma sociedade por ações, domiciliada na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.455 - 9º andar, município de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. As informações financeiras trimestrais da Sociedade, individuais e consolidadas, relativas ao período findo em 31 de março de 2018 abrangem a Sociedade e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Sociedade foi fundada em 9 de novembro de 1998 e tem como atividades principais:

- Execução por administração, empreitada ou subempreitada, de construção civil, inclusive serviços auxiliares ou complementares, exceto fornecimento de mercadorias fora do local de prestação dos serviços.
- Realização de estudos, cálculos, projetos, ensaios e supervisões relacionados às atividades de engenharia e construção civil.
- Realização de obras de infraestrutura em geral, compreendendo, sem restrição, serviços de construção civil, terraplenagem em geral, sinalização, reforço, melhoramento, recuperação, manutenção e conservação de estradas e engenharia consultiva em geral.
- Exploração direta e/ou através de consórcios de negócios relativos a obras e/ou serviços públicos no setor de infraestrutura em geral, através de qualquer modalidade de contrato, incluindo, mas não se limitando a parcerias público privadas, autorizações, permissões e concessões.
- Exploração de serviços de operação e manutenção de infraestrutura de transporte em geral.
- Locação e administração de bens, móveis ou imóveis, próprios ou de terceiros; e
- Participação em outras sociedades, simples ou empresárias, como sócia, acionista ou quotista, podendo representar sociedades nacionais ou estrangeiras.

A Sociedade, através de suas controladas, principalmente as concessionárias estaduais, possui uma forte geração de caixa, sólida estrutura de capital e fontes de financiamento diferenciadas para implementar seu plano de negócio.

A Sociedade e suas controladas utilizam os recursos gerados pelas atividades operacionais para atender suas necessidades de capital de giro. Adicionalmente, acessa o mercado de capitais e conta com empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras e de fomento do país para complementar sua necessidade de caixa. Em 31 de março de 2018 o passivo circulante supera o ativo circulante em R\$348.856 (R\$62.239 em 31 de dezembro de 2017) na

Notas Explicativas

Controladora e R\$996.504 (R\$1.075.951 em 31 de dezembro de 2017) no consolidado.

A geração de caixa, somada a capacidade de crédito da Sociedade, além dos recursos oriundos de linhas de financiamento de longo prazo, é adequada para fazer frente às suas obrigações de curto prazo registradas no passivo circulante, o que inclui a amortização de seus financiamentos circulantes, e manutenção de nível de alavancagem adequado às obrigações de longo prazo.

Uma vez que as projeções de receita de suas controladas no médio e longo prazos apontam para patamares crescentes e sustentáveis, através da evolução do tráfego pedagado e reajustes tarifários anuais, ao mesmo tempo em que o plano de obras é suportado pelo financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") e por recursos captados no mercado de capitais através da emissão de debêntures de infraestrutura ou outros valores mobiliários em suas concessionárias e através da própria Sociedade, a Administração acredita que a Sociedade e suas controladas possuem condições para honrar as obrigações de curto, médio e longo prazos existentes.

A emissão das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas foi aprovada pela Diretoria em 10 de maio de 2018.

2. CONCESSÕES

Com base nos seus objetivos sociais, a Sociedade participa, em 31 de março de 2018, em concessionárias de rodovias do Estado de São Paulo e de rodovias federais.

No período de três meses findo em 31 de março de 2018 não ocorreram mudanças nas concessões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, exceto pelo mencionado abaixo:

Concessionárias estaduais

Vianorte

Em 23 de março de 2018 foi publicado no diário Oficial do Estado de São Paulo, termo de rerratificação ao Termo Aditivo e Modificativo 15/2014 referente a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão da Vianorte S.A., onde amplia o prazo da concessão em 19 dias. Nesta mesma data e no mesmo jornal foi publicado o 16º Termo Aditivo Modificativo referente ao reconhecimento do desequilíbrio da equação econômica financeira do mesmo contrato em razão da alteração do índice de reajuste contratual, referente a diferença entre o montante anual da receita de pedágio auferida por meio das tarifas reajustadas pelo IPCA, efetivamente cobradas pela concessionária e o montante que teria recebido caso as tarifas tivessem sido reajustadas pelo IGPM no período de 01 de julho de 2013 a 28 de fevereiro de 2018, esta recomposição se deu com a prorrogação do prazo da concessão em 53 dias. Com isso, a Vianorte, que tem seu prazo definido para término em 17 de maio de 2018, está provisionando os passivos necessários para cumprir com suas obrigações no final dessa concessão.

Autovias

Por meio do Termo Aditivo e Modificativo nº 19/14 de 16 de janeiro de 2015, foi autorizado pela Agência Reguladora de Transporte do Estado de São Paulo

Notas Explicativas

(“ARTESP” ou “Poder Concedente”) o reequilíbrio da equação econômico-financeira do contrato de concessão. Esse reequilíbrio foi concedido mediante a prorrogação do prazo de concessão em 3 meses e 19 dias, sem alteração do valor do ônus fixo. Dessa maneira, o período de exploração da concessão passou a ser até 18 de dezembro de 2018. Este prazo poderá ser prorrogado ou reduzido por intermédio de processo administrativo próprio, em caso de nova hipótese de desequilíbrio contratual.

A Autovias S.A. foi autorizada em 12 de setembro de 2014 pela ARTESP, por meio do ofício 0074/14, a executar uma nova obra de 14 quilômetros de duplicação da SP 318, entre os km 253 e 249, em duas etapas, pelo valor estimado de R\$91.000. A conclusão da primeira etapa da obra foi entregue em janeiro de 2017 e a segunda etapa da obra não será mais executada pela Sociedade. O reequilíbrio do montante previsto em R\$23.000, referente à primeira etapa da obra será realizado por meio da metodologia de fluxo de caixa marginal, estabelecida na Resolução ARTESP 01/2013, estimando-se a prorrogação do prazo de concessão do contrato em 2 meses, levando o término da concessão para fevereiro de 2019. Este reequilíbrio está em discussão com o poder concedente, e isto pode alterar a data do encerramento de suas atividades.

A Autovias ainda possui pleitos em discussão com o poder concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades.

As concessionárias estaduais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	31.03.2018					Total
	Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	ViaPaulista	
	Previsão de 2018	Previsão de 2018 a 2019	Previsão de 2018 a 2028	Previsão de 2018	Previsão de 2018 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	70.324	40.130	341.054	-	2.544.240	2.995.748
Conserva especial	91.563	16.892	74.163	-	2.667.920	2.850.538
	<u>161.887</u>	<u>57.022</u>	<u>415.217</u>	<u>-</u>	<u>5.212.160</u>	<u>5.846.286</u>
Natureza dos custos	31.12.2017					Total
	Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	ViaPaulista	
	Previsão de 2018	Previsão de 2018 a 2019	Previsão de 2018 a 2028	Previsão de 2018	Previsão de 2018 a 2047	
Melhorias na infraestrutura	140.391	39.419	378.399	11.068	2.574.541	3.143.817
Conserva especial	43.727	18.927	64.740	2.773	2.650.653	2.780.821
	<u>184.118</u>	<u>58.346</u>	<u>443.139</u>	<u>13.841</u>	<u>5.225.194</u>	<u>5.924.639</u>

A Vianorte não possui investimentos a serem realizados em função do cumprimento de suas obrigações, como mencionado na nota explicativa nº1. O prazo final dessa concessão será dia 17 de maio de 2018.

As concessionárias estaduais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estas obras estão estimadas em R\$72.298, as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

Notas Explicativas

Concessionárias Federais

O principal compromisso firmado pelas concessionárias federais decorrente dos contratos de concessão é o recolhimento para a ANTT da verba de fiscalização destinada à cobertura de despesas com a fiscalização da concessão ao longo de todos os prazos das concessões. Os valores nominais da verba de fiscalização são como segue:

<u>Concessionária</u>	<u>Valor anual</u>	<u>Valor no período da concessão</u>
Planalto Sul	1.846	27.536
Fluminense	2.665	39.753
Fernão Dias	7.916	118.080
Régis Bittencourt	8.436	125.837
Litoral Sul	6.424	95.825
	<u>27.287</u>	<u>407.031</u>

A verba de fiscalização é corrigida pelo mesmo índice e na mesma data da correção da tarifa básica de pedágio.

As concessionárias federais estimam os montantes relacionados a seguir, em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, para cumprir com as obrigações de realizar investimentos, recuperações e manutenções, até o final dos contratos de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos no decorrer do período de concessão, sendo pelo menos anualmente verificados:

Natureza dos custos	31.03.2018					
	Previsão de 2018 a 2033					
	<u>Planalto Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão Dias</u>	<u>Régis Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>	<u>Total</u>
Melhorias na infraestrutura	89.455	789.306	419.646	635.569	111.510	2.045.486
Recuperações/Manutenções	234.416	291.855	621.262	414.804	430.069	1.992.406
	<u>323.871</u>	<u>1.081.161</u>	<u>1.040.908</u>	<u>1.050.373</u>	<u>541.579</u>	<u>4.037.892</u>
Natureza dos custos	31.12.2017					
	Previsão de 2018 a 2033					
	<u>Planalto Sul</u>	<u>Fluminense</u>	<u>Fernão Dias</u>	<u>Régis Bittencourt</u>	<u>Litoral Sul</u>	<u>Total</u>
Melhorias na infraestrutura	112.324	821.478	470.570	684.218	163.053	2.251.643
Recuperações/Manutenções	224.026	272.483	600.392	392.231	403.041	1.892.172
	<u>336.350</u>	<u>1.093.961</u>	<u>1.070.961</u>	<u>1.076.449</u>	<u>566.094</u>	<u>4.143.815</u>

As concessionárias federais vêm negociando com o órgão regulador a execução de obras de melhorias de infraestrutura passíveis de reequilíbrio e em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 estas obras estão estimadas em R\$3.252.213, as quais não estão incluídas no quadro acima. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões periódicas das estimativas de custos.

Notas Explicativas

3. BASE DE PREPARAÇÃO

Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM.

As informações financeiras intermediárias consolidadas foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com o IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitido pelo International Accounting Standards Board – IASB, aplicável à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Administração da Sociedade e suas controladas apresentam todas as informações relevantes das Informações financeiras trimestrais, individuais e consolidadas, e essas informações correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

As demais informações relativas à: bases de mensuração; moeda funcional e de apresentação; e uso de estimativas e julgamentos estão consistentes com aquelas adotadas e divulgadas nas demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, aprovadas em 20 de fevereiro de 2018 e, portanto, ambas devem ser lidas em conjunto.

4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As práticas contábeis adotadas na elaboração das informações financeiras trimestrais estão consistentes com aquelas divulgadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017 e, portanto, devem ser lidas em conjunto com estas informações financeiras trimestrais, exceto pelo mencionado abaixo:

Ativos e passivos financeiros

Classificação dos ativos e passivos financeiros na adoção inicial do IFRS 9

O quadro abaixo apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o IAS 39 e as novas categorias de mensuração de acordo o IFRS 9 (CPC 48):

Notas Explicativas

Controladora			
Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo IAS 39	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	468.880	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Partes relacionadas	Empréstimo ou recebível	1.658.625	Custo amortizado
Outras contas a receber	Empréstimo ou recebível	477	Custo amortizado
Derivativos Ativo	Valor justo por meio de resultados	1.862	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.290	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	246.708	Custo amortizado
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	1.626.888	Custo amortizado
Partes relacionadas	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	879.075	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	5.066	Custo amortizado
Consolidado			
Ativo ou passivo financeiro	Classificação inicial pelo IAS 39	Saldo em 31.12.2017	Nova classificação de acordo com o IFRS 9
Equivalentes de caixa	Ativo financeiro mantido até o vencimento	698.941	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Partes relacionadas	Empréstimo ou recebível	215	Custo amortizado
Contas a receber clientes	Empréstimo ou recebível	156.309	Custo amortizado
Aplicações financeiras vinculadas	Empréstimo ou recebível	103.424	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Outras contas a receber	Empréstimo ou recebível	7.951	Custo amortizado
Derivativos Ativo	Valor justo por meio de resultados	1.862	Mensurados a valor justo por meio de resultado
Fornecedores e cauções contratuais	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	262.506	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	3.199.119	Custo amortizado
Debêntures	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	2.891.755	Custo amortizado
Credores pela concessão	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	266.282	Custo amortizado
Taxa de fiscalização	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	4.083	Custo amortizado
Outras contas a pagar	Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	77.244	Custo amortizado

Notas Explicativas

IFRS 15 - Receitas de contratos com clientes

A partir de 1º de janeiro de 2018 entrou em vigor a norma IFRS 15/CPC 47 que substituiu todos os requisitos de reconhecimento de receita de acordo com as normas IFRS/CPC's. Essa nova norma estabeleceu um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15/CPC 47 a receita deve ser reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma Sociedade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. Uma entidade reconhece receitas de acordo com esse princípio básico por meio da cumulativa observância aos seguintes passos:

Passo 1: Identificar o(s) contrato(s) com um cliente – um contrato é um acordo entre duas ou mais partes que cria direitos e obrigações exequíveis. Os requisitos da IFRS 15 se aplicam a todo contrato que tenha sido celebrado com um cliente e que atenda critérios específicos.

Passo 2: Identificar as obrigações de desempenho no contrato – um contrato inclui promessas de transferência de produtos ou serviços a um cliente. Se esses produtos ou serviços forem distintos, as promessas constituem obrigações de desempenho e são contabilizadas separadamente.

Passo 3: Determinar o preço da transação – o preço da transação é o valor da contraprestação em um contrato ao qual uma entidade espera ter direito em troca de transferir produtos ou serviços prometidos a um cliente.

Passo 4: Alocar o preço de transação às obrigações de desempenho no contrato – uma entidade normalmente aloca o preço da transação a cada obrigação de desempenho com base nos preços de venda individuais relativos de cada bem ou serviço distinto prometido no contrato.

Passo 5: Reconhecer a receita quando (ou à medida que) a entidade satisfizer uma obrigação de desempenho – uma entidade reconhece receitas quando (ou à medida que) satisfaz uma obrigação de desempenho ao transferir um bem ou serviço prometido a um cliente (o que ocorre quando o cliente obtém o controle desse bem ou serviço). O valor da receita reconhecida é o valor alocado à obrigação de desempenho satisfeita.

As controladas da Sociedade têm como principais receitas a receita de pedágio e a receita de construção. A Sociedade realizou uma avaliação nas cinco etapas do novo modelo de reconhecimento da receita, e não identificou alterações ou impactos significativos no reconhecimento atual dessas receitas, dado que são reconhecidas mediante a prestação do serviço ao usuário, no caso da receita de pedágio, e conforme incorridas na construção dos ativos intangíveis como cumprimento do contrato de concessão, no caso das receitas de construção. As demais receitas foram compreendidas nesta análise e estão substancialmente de acordo com a norma IFRS 15/CPC 47.

Metodologia de estimativa de impairment

O IFRS 9 introduziu o conceito de Perdas de Crédito Esperadas em oposição às perdas de créditos incorridas na norma atual (IAS 39). Os ativos financeiros sujeitos aos requisitos de redução ao valor recuperável (impairment) são aqueles mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. O objetivo dos requisitos de impairment é reconhecer as perdas de créditos esperadas ao longo da vida para todos os instrumentos financeiros para

Notas Explicativas

os quais houve aumento significativo de risco de crédito desde o reconhecimento inicial – seja avaliado individualmente ou coletivamente – considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas.

As controladas da Sociedade possuem concentração em sua carteira de clientes e não possuem histórico de perdas em seus instrumentos financeiros. A Administração efetuou uma análise de risco de crédito da carteira e concluiu que não existem perdas a serem reconhecidas em seus recebíveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Caixa e contas bancárias	411	391	26.098	27.537
Aplicações financeiras (*)	116.942	468.489	642.671	671.404
Total	117.353	468.880	668.769	698.941

(*) As aplicações financeiras representam valores aplicados em fundos de investimento, destinados a receber aplicações de investidores restritos com liquidez diária, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e remuneração equivalente, na média, a 98,47% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI (100,13% em 31 de dezembro de 2017), tendo como características aplicações pós-fixadas em títulos públicos federais, Certificado de depósito Bancário - CDB, letras financeiras e operações compromissadas lastreadas em debêntures de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito. Todos os ativos que compõe os fundos de investimento, inclusive as Letras Financeiras do Tesouro ("LFT"), são mantidos com a finalidade de atender compromissos de curto prazo da Sociedade.

6. CONTAS A RECEBER

Estão representadas por:

	Consolidado			
	31.03.2018		31.12.2017	
	Circulante	Não Circulante	Circulante	Não Circulante
Pedágio eletrônico a receber (*)	139.665	-	138.369	-
Cupons de pedágio a receber	4.986	-	2.718	-
Cartões de pedágio a receber	3.943	-	4.908	-
Receitas acessórias a receber	10.439	-	9.029	-
Outras receitas a receber	2.906	236	1.048	236
Total	161.939	236	156.073	236

(*) Conforme nota explicativa nº 26 c.

A Administração da Sociedade e de suas controladas não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perda com recebíveis em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017. O prazo médio de vencimento é de 30 dias, exceto pelas receitas acessórias que apresentam um período maior de

Notas Explicativas

recebimento conforme negociação de cada contrato referente ao uso da faixa de domínio das concessionárias.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
IRRF (a)	43.717	44.630	86.245	91.089
CSLL	-	-	3.031	4.315
PIS	237	209	378	367
COFINS	1.090	965	1.358	1.310
Instituto nacional do seguro social (INSS)	233	514	577	1.361
ISSQN	-	-	832	790
Saldo negativo (b)	13.345	11.933	30.724	16.911
Outros	975	975	1.621	1.629
Total	59.597	59.226	124.766	117.772
Total do circulante	25.066	26.931	74.409	70.706
Total do não circulante	34.531	32.295	50.357	47.066
	59.597	59.226	124.766	117.772

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos e debêntures com partes relacionadas, referente ao ano calendário de 2017, que poderá ser compensado nos períodos subsequentes.

(b) Saldo negativo referente ao ano calendário de 2017 e anteriores, passível de compensação com tributos administrados pela receita federal. A variação refere-se à transferência do saldo de imposto de renda a recuperar de 31 de dezembro de 2017.

8. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Conciliação entre o imposto de renda e contribuição social efetiva e nominal.

A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa real do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é como segue:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição soci	(7.399)	81.514	2.546	116.269
Alíquota vigente combinada	34%	34%	34%	34%
Expectativa de despesa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente combinada	2.516	(27.715)	(866)	(39.531)
Ajustes para a alíquota efetiva:				
Equivalência Patrimonial	6.322	23.808	-	-
Juros sobre o capital próprio	(2.015)	(3.591)	-	-
Outras diferenças permanentes	(831)	(382)	(755)	(715)
Variação cambial	(2.440)	(3.608)	(2.440)	(3.608)
Instrumento derivativo	797	3.876	797	3.876
Total	4.349	(7.612)	(3.264)	(39.978)
Impostos diferidos não constituídos	(4.349)	-	(4.349)	-
Despesa contabilizada	-	(7.612)	(7.613)	(39.978)
Despesas de imposto de renda e contribuição social:				
Correntes	-	(7.612)	(30.238)	(53.858)
Diferido	-	-	22.625	13.880
	-	(7.612)	(7.613)	(39.978)

Os efeitos de determinados itens na reconciliação mencionada, sobre os quais não houve reconhecimento de imposto de renda e contribuição social diferidos, decorrem de situações fiscais específicas da Controladora que não atendeu às condições previstas na norma contábil para o respectivo reconhecimento do ativo fiscal diferido.

(b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Estão representados por:

Notas Explicativas

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo		Imposto de renda e contribuição social diferido passivo	
	31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
<u>Não circulante</u>				
<u>Diferenças temporárias ativas</u>				
Prejuízo fiscal (a)	899.004	799.295	44.931	29.012
Provisão de participação nos lucros	24.616	19.785	3.524	2.894
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	90.501	92.307	7.684	8.266
Outras provisões	9.825	15.912	588	1.142
Provisão para manutenção de rodovias	350.436	383.650	78.570	78.393
Amortização acumulada de obras futuras	14.308	11.278	194	172
Ajuste dos encargos financeiros obras futuras	9.275	7.977	-	-
Ajuste dos encargos financeiros (credores pela concessão)	9.202	27.061	-	-
Diferido gastos pré operacionais (federais)	12.769	16.302	-	-
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)				
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	85.968	85.968	34	34
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	(73.211)	(68.564)	-	-
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	1.432.693	1.390.971	135.525	119.913
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	487.116	472.930	46.079	40.770
<u>Diferenças temporárias passivas</u>				
Direito de concessão incorporado (c)	(13.416)	(13.856)	-	-
Outras provisões	(3.668)	(3.835)	(584)	(584)
Ajustes referentes a mudanças de práticas contábeis - adoção Lei 12.973/14 (d)				
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	(298.262)	(298.262)	(318.245)	(318.245)
Amortização dos ajustes - mudança de práticas contábeis	54.759	50.539	56.932	52.552
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(260.587)	(265.414)	(261.897)	(266.277)
Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
Total	(88.600)	(90.241)	(89.045)	(90.534)
Total do imposto de renda e contribuição social	398.516	382.689	(42.966)	(49.764)

- (a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos créditos tributários está suportada por projeções de resultados tributáveis futuros das concessionárias Planalto Sul, Fluminense, Fernão Dias, Régis Bittencourt, Litoral Sul, Latina Manutenção e ViaPaulista.
- (b) Refere-se a provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções.
- (c) Crédito decorrente da amortização do direito de concessão incorporado, registrado até a data-base da cisão da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., ocorrida em junho de 2006, e, até então, controlado na "parte B" do seu Livro de apuração do Lucro Real – LALUR desta empresa. Com a incorporação da participação da OHL do Brasil Participações em Infraestrutura Ltda., a Sociedade registrou esse crédito, que, atendendo à legislação fiscal, foi amortizado à razão de 20% ao ano fiscalmente e pelo prazo da concessão contabilmente.
- (d) Em 31 de dezembro de 2014 a Administração da Sociedade decidiu pela adoção antecipada da Lei nº 12.973/14 conforme previsto, para o exercício de 2014 para as controladas Autovias e Centrovias. As demais controladas fizeram a adoção quando da entrada da Lei em vigor em 1º de janeiro de 2015. Dessa forma, as controladas da Sociedade congelaram os saldos referentes às mudanças de práticas contábeis e passaram a amortizar

Notas Explicativas

linearmente o saldo residual dos ajustes referente a mudanças de práticas contábeis até o final do período da concessão.

A Sociedade possui créditos fiscais, mas que não estão sendo constituídos devido a mesma ser uma holding e não gerar resultado tributável.

As perspectivas futuras dos negócios da Sociedade e de suas controladas traduzidas em suas projeções de resultados constituem-se previsões de sua Administração, portanto são dependentes de variáveis de mercado e estão sujeitas a mudanças. A expectativa de recuperação da totalidade dos créditos e o efetivo pagamento dos débitos tributários diferidos, indicados pelas projeções de resultado tributável, é como segue:

Exercício a findar-se em:

Ativo não circulante

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2018	57.997
2019	49.884
2020	35.424
2021	39.300
Após 2021	304.511
	<u>487.116</u>

Passivo não circulante

<u>Impostos diferidos ativos não circulante</u>	
2018	1.036
2019	7.581
2020	9.626
2021	9.626
Após 2021	18.210
	<u>46.079</u>

9. APLICAÇÕES FINANCEIRAS VINCULADAS

A Sociedade e suas controladas mantêm aplicações financeiras vinculadas para cumprir obrigações contratuais referentes a empréstimos e financiamentos. A seguir consta breve descrição dessas obrigações:

BNDES

As concessionárias federais devem depositar em conta pagamento de instituição financeira parte das suas receitas operacionais (entre 35% e 71% da arrecadação das praças de pedágio).

Estes recursos são utilizados para pagamento do serviço da dívida e manutenção do mínimo obrigatório da conta reserva. Após o cumprimento legal das obrigações contratuais os recursos excedentes são transferidos para conta corrente livre.

As controladas federais devem manter depositadas em conta de reserva de instituição financeira, até a liquidação de todas as obrigações assumidas no contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento

Notas Explicativas

Econômico e Social - BNDES, o valor mínimo equivalente a três vezes o valor da última prestação vencida do serviço da dívida, incluindo pagamentos de principal, juros e demais acessórios da dívida decorrentes do contrato de financiamento. Este valor é sempre recalculado no dia posterior ao de cada pagamento das prestações mensais. No período findo em 31 de março de 2018, os recursos depositados estão aplicados em títulos públicos federais e títulos privados de emissão da instituição financeira e essas aplicações foram remuneradas em média a 97,61% da variação do CDI (97,88% em 31 de dezembro de 2017).

Os valores dessas aplicações são como segue:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.12.2017
Debêntures	-	4.058
BNDES	107.376	99.366
	<u>107.376</u>	<u>103.424</u>

10. INVESTIMENTOS

Os saldos dos investimentos em controladas são representados como segue:

	31.03.2018						
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	221.852	370.181	148.329	93.624	14.259
Centrovias	101.483.834	100%	222.457	441.581	219.124	95.183	38.607
Intervias	4.763.110	51%	290.905	1.009.742	718.837	115.228	31.031
Vianorte	1.132.038	100%	189.772	233.037	43.265	79.165	16.890
ViaPaulista	1.078.385.743	100%	1.117.823	1.681.306	563.483	46.767	(10.695)
Planalto Sul	1.430.203.874	100%	784.900	1.322.060	537.160	55.009	(15.814)
Fluminense	625.841.370	100%	832.223	2.016.933	1.184.710	65.783	(20.021)
Fernão Dias	1.874.663.658	100%	1.042.113	1.963.890	921.777	109.941	(11.771)
Régis Bittencourt	657.300.291	100%	1.547.539	3.142.130	1.594.591	131.871	(15.106)
Litoral Sul	1.213.269.209	100%	1.165.744	2.721.900	1.556.156	136.010	(5.235)
Latina Manutenção	16.048.344	100%	51.058	86.627	35.569	26.513	(3.031)
Arteris Participações	1.158	100%	146.501	148.587	2.086	-	14.686
	31.03.2017						
	Ações ordinárias	Participação capital (%)	Patrimônio líquido	Ativo total	Passivo total	Receita líquida	Lucro / (Prejuízo)
Autovias	125.040.451	100%	158.070	495.937	337.867	93.703	21.146
Centrovias	101.483.834	100%	138.615	499.377	360.762	91.413	29.063
Intervias	4.352.285	51%	197.321	1.195.336	998.015	103.377	33.325
Vianorte	1.132.038	100%	144.092	282.829	138.737	76.585	18.697
Planalto Sul	591.015.443	100%	374.312	1.208.880	834.568	78.360	(13.854)
Fluminense	437.430.677	100%	695.290	1.888.348	1.193.058	140.466	(5.698)
Fernão Dias	921.439.056	100%	553.220	1.854.538	1.301.318	115.954	(17.233)
Régis Bittencourt	439.155.759	100%	1.054.440	2.673.075	1.618.635	217.563	4.593
Litoral Sul	745.326.442	100%	775.874	2.339.402	1.563.528	192.819	(7.051)
Latina Manutenção	7.648	100%	61.255	116.458	55.203	82.302	7.631
Arteris Participações	1.000	100%	99.069	99.437	368	-	15.733

Notas Explicativas

A movimentação dos saldos de investimentos na Controladora no período findo em 31 de março de 2018 e de 2017 é como segue:

	Controladora				Saldo em 31.03.2018
	Saldo em 31.12.2017	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	
Autovias	207.593	-	-	14.259	221.852
Centrovias	186.928	-	(3.078)	38.607	222.457
Intervias	134.755	-	(2.219)	15.826	148.362
Vianorte	172.882	-	-	16.890	189.772
ViaPaulista	1.083.018	45.500	-	(10.695)	1.117.823
Planalto Sul	754.714	46.000	-	(15.814)	784.900
Fluminense	829.244	23.000	-	(20.021)	832.223
Fernão Dias	1.015.884	38.000	-	(11.771)	1.042.113
Régis Bittencourt	1.531.645	31.000	-	(15.106)	1.547.539
Litoral Sul	1.112.479	58.500	-	(5.235)	1.165.744
Latina Manutenção	45.689	8.400	-	(3.031)	51.058
Arteris Participações	132.445	-	(630)	14.686	146.501
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	7.207.295	250.400	(5.927)	18.595	7.470.363

	Controladora				Saldo em 31.03.2017
	Saldo em 31.12.2016	Aporte de capital	Juros sobre capital próprio/dividendos	Equivalência patrimonial	
Autovias	196.640	-	(59.716)	21.146	158.070
Centrovias	177.936	-	(68.384)	29.063	138.615
Intervias	85.192	-	(1.555)	16.997	100.634
Vianorte	145.649	-	(20.254)	18.697	144.092
Planalto Sul	338.166	50.000	-	(13.854)	374.312
Fluminense	610.488	90.500	-	(5.698)	695.290
Fernão Dias	521.453	49.000	-	(17.233)	553.220
Régis Bittencourt	933.347	116.500	-	4.593	1.054.440
Litoral Sul	690.425	92.500	-	(7.051)	775.874
Latina Manutenção	53.624	-	-	7.631	61.255
Arteris Participações	83.336	-	-	15.733	99.069
Outros investimentos	19	-	-	-	19
Total	3.836.275	398.500	(149.909)	70.024	4.154.890

Notas Explicativas**12. INTANGÍVEL**

A movimentação é como segue:

	Controladora		
	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 31.12.2017	43.415	15.668	59.083
Adições	103	2.335	2.438
Transferências/Reclassificações	590	(590)	-
Alienações/baixas	(35)	-	(35)
Saldo em 31.03.2018	<u>44.073</u>	<u>17.413</u>	<u>61.486</u>
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2017	(11.760)	-	(11.760)
Amortizações	(2.142)	-	(2.142)
Alienações/baixas	37	-	37
Saldo em 31.03.2018	<u>(13.865)</u>	<u>-</u>	<u>(13.865)</u>
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31.12.2017	31.655	15.668	47.323
Saldo em 31.03.2018	30.208	17.413	47.621
Taxas de amortização - a.a.	20%		
	Controladora		
	Software	Intangível em andamento	Total
<u>Custo do intangível</u>			
Saldo em 31.12.2016	23.249	14.063	37.312
Adições	267	5.461	5.728
Saldo em 31.03.2017	<u>23.516</u>	<u>19.524</u>	<u>43.040</u>
<u>Amortização acumulada</u>			
Saldo em 31.12.2016	(5.757)	-	(5.757)
Amortizações	(1.134)	-	(1.134)
Saldo em 31.03.2017	<u>(6.891)</u>	<u>-</u>	<u>(6.891)</u>
<u>Intangível líquido</u>			
Saldo em 31.12.2016	17.492	14.063	31.555
Saldo em 31.03.2017	16.625	19.524	36.149
Taxas de amortização - a.a.	20%		

Notas Explicativas

No período findo em 31 de março de 2018, a Sociedade capitalizou o montante de R\$20.452 (R\$51.248 em 31 de março de 2017) referente aos custos de empréstimos atribuíveis diretamente à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis como parte do custo do ativo. A taxa média de capitalização, em relação ao valor dos principais das dívidas, em 2018 foi de 2,64% e 4,81% em 2017.

A Administração preparou as projeções de fluxo de caixa descontado para cada uma das concessionárias do grupo e concluiu que não há necessidade de provisão para *impairment* dos ativos intangíveis em 31 de dezembro de 2017. A Administração vem acompanhando estas projeções com o realizado em 2018 e concluiu que não possui qualquer indicativo que pudesse requerer uma nova avaliação nesse trimestre.

- (a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o prazo final de cada concessão.
- (b) Refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente. Vide nota explicativa nº 17. O saldo adicionado em 2017 de R\$1.501.574, refere-se ao valor assumido para exploração do sistema rodoviário ajustado a valor presente da ViaPaulista.
- (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em junho de 2006, da OHL Participações, antiga controladora da Autovias e Centrovias. Esse valor está sendo amortizado linearmente até o final do período da concessão
- (d) Refere-se a valor assumido pela Latina Manutenção para exploração de granito e gnaiss e a serem utilizados em obras de infraestrutura de sociedades pertencentes ao Grupo Arteris e instalação e guarda de equipamentos para a realização das obras.
- (e) Refere-se a obras e serviços em andamento nas rodovias, tendo como principais a duplicação da BR101/RJ, o contorno de Florianópolis, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outras obras.

Notas Explicativas**13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS**

Os saldos de empréstimos e financiamentos da Controladora estão representados por:

	Controladora	
	31.03.2018	31.12.2017
	Circulante	Circulante
<u>Moeda local</u>		
Capital de giro (e)	-	79.893
	-	79.893
<u>Moeda estrangeira</u>		
Capital de giro (c)	167.496	166.999
	167.496	166.999
	167.496	246.892
Custo de transação	(185)	(184)
	167.311	246.708

Os saldos de empréstimos e financiamentos do consolidado estão representados por:

	Consolidado			
	31.03.2018		31.12.2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<u>Moeda local</u>				
Capital de giro (e)	-	-	79.893	-
Financiamento de investimentos (BNDES) (a)	312.198	2.841.557	308.738	2.643.201
Financiamento de equipamentos – (FINAME) (b)	235	58	235	117
Risco sacado (d)	11.020	-	20.151	-
	323.453	2.841.615	409.017	2.643.318
<u>Moeda estrangeira</u>				
Capital de giro (c)	167.496	-	166.999	-
	167.496	-	166.999	-
	490.949	2.841.615	576.016	2.643.318
Custo de transação	(3.192)	(28.230)	(2.219)	(17.996)
	487.757	2.813.385	573.797	2.625.322

Notas Explicativas

Consolidado							31.03.2018	31.12.2017
Referência	Sociedade	Moeda	Modalidade	Taxa de Juros efetiva	Vencimento	Garantia		
(e)	Arteris	Real	Capital de giro	CDI + 2,34% a.a.	jan/18	Sem garantia	-	79.893
(c)	Arteris	US\$	Capital de giro	Var Cambial + 3,98% a.a.	ago/18	Sem garantia	167.496	166.999
			Subtotal				167.496	246.892
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,58% a.a.	dez/25	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	247.050	252.986
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,62% a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	44.754	44.675
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	jan/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	23.481	27.626
(a)	Planalto Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	IPCA+8,99% a.a.	mar/27	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	346	345
(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45%a.a.	dez/24	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	286.353	293.716
(a)	Fluminense	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,45%a.a.	nov/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	343.709	349.858
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,05%	mar/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	496.459	509.064
(a)	Fernão Dias	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+3,25%	dez/29	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	130.139	129.907
(a)	Régis Bittencourt	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP + 3,54% e 3,74% a.a.	dez/29	Cessão de direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos	1.028.225	778.050
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32%a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	549.621	562.016
(a)	Litoral Sul	Real	Financiamento de investimentos (BNDES)	TJLP+2,32%a.a.	jun/26	Cessão direitos creditórios, penhor 100% das ações e cessão dos direitos emergentes	3.618	3.696
			Subtotal				3.153.755	2.951.939
(b)	Fernão Dias	Real	Financiamento de equipamentos	6% a.a.	jun/19	Próprio bem, aval dos acionistas ou notas promissórias	293	352
			Subtotal				293	352
(d)	Planalto Sul	Real	Risco sacado	0,84% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	4.460	3.711
(d)	Fluminense	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	541	954
(d)	Régis Bittencourt	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionista	1.310	11.220
(d)	Litoral Sul	Real	Risco sacado	1,33% a.m.	Até 60 dias	Aval acionistas	4.709	4.266
			Subtotal				11.020	20.151
			Total Geral				3.332.564	3.219.334
			Circulante				490.949	576.016
			Não circulante				2.841.615	2.643.318

Notas Explicativas

- (a) Contrato de abertura de crédito firmado com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES para financiamento das obras e dos serviços de recuperação, melhoramento, manutenção, conservação, ampliação, operação e exploração de rodovias.
- (b) Financiamento de equipamentos, tendo como garantia o próprio bem e/ou aval dos acionistas.
- (c) Contrato de empréstimo em moeda estrangeira na modalidade 4131 no valor de US\$50.000, celebrado junto ao The Bank of Nova Scotia. Para proteção da exposição da variação cambial, a Sociedade contratou também, nas respectivas datas de contratação do empréstimo contratado de Swap junto ao Scotia Bank do Brasil de forma a converter a variação cambial acrescida do spread pré-fixado de 2,34% ao ano para CDI+1,6% ao ano. Os recursos obtidos serão destinados à execução do plano de investimentos do grupo.
- (d) Em 31 de março de 2018, o saldo de R\$11.020 (20.151 em 31 de dezembro de 2017) refere-se ao contrato firmado com o Banco Santander S.A para estruturar, com seus principais fornecedores, a operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos emitidos contra a Sociedade e suas controladas para a instituição financeira que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$48.000 e taxa média de 1,33% ao mês.
- (e) 3ª emissão de Notas Promissórias da Arteris no valor de R\$75.000, integralmente quitada em janeiro de 2018.

Em 31 de março de 2018, as parcelas de longo prazo relativas aos empréstimos e financiamentos do consolidado apresentavam os seguintes vencimentos:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	239.699
2020	364.829
2021	406.538
2022	442.660
A partir de 2022	<u>1.387.889</u>
	<u>2.841.615</u>

Os contratos de financiamento dos investimentos de longo prazo com o BNDES possuem cláusulas que, se descumpridas, podem implicar vencimento antecipado, especificamente o item “h” das cláusulas restritivas do contrato firmado prevê que:

As concessionárias federais não devem realizar distribuição de dividendos acima do mínimo obrigatório, pagamento de juros sobre o capital próprio, pagamento de juros dos mútuos, ou amortização de principal desses mútuos quando o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida - ICSD for inferior a 1,3, o qual será calculado de acordo com a seguinte fórmula:

Notas Explicativas

$$\text{ICSD} = \left(\frac{\text{Geração de Caixa da Atividade}}{\text{Serviço da Dívida}} \right)$$

Onde:

Geração de Caixa da Atividade	Serviço da Dívida	EBITDA
(+) EBITDA	(+) Amortização de principal	(+) Lucro líquido
(-) Imposto de renda	(+) Pagamentos de juros	(+) Despesa/receita financeira líquida
(-) Contribuição social		(+) Depreciações e amortizações
		(+) Provisão para imposto de renda e contribuição social
		(+) Outras despesas/receitas líquidas não operacionais

Em 31 de março de 2018 as concessionárias federais Autopista Fluminense e a Autopista Planalto Sul, apresentam índice de Cobertura do Serviço da dívida – ICSD abaixo de 1,3, entretanto estas concessionárias não realizaram nenhuma ação que descumprisse esta cláusula restritiva.

A Sociedade está cumprindo todas as cláusulas restritivas na data das informações financeiras trimestrais. O valor justo dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

A Sociedade classificou os juros pagos sobre empréstimos e financiamentos como fluxo de caixa de financiamento na Controladora, pois esses empréstimos foram captados e repassados através de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro e financiamentos de suas subsidiárias federais.

14. DEBÊNTURES

Estão representados por:

	Controladora			
	31.03.2018		31.12.2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	52.880	1.618.500	21.648	1.616.755
Custo de transação	(1.812)	(10.130)	(1.663)	(9.852)
Total	51.068	1.608.370	19.985	1.606.903

	Consolidado			
	31.03.2018		31.12.2017	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Debêntures	532.906	2.369.084	497.542	2.410.068
Custo de transação	(4.059)	(11.955)	(3.966)	(11.889)
Total	528.847	2.357.129	493.576	2.398.179

Notas Explicativas

Consolidado						
Sociedade	Série	Quantidade	Taxas contratuais	Vencimento	31.03.2018	31.12.2017
Arteris	xxxxxxxxxxxx	1.454.224	CDI + 1,60% a.a.	out/22	1.503.800	1.474.585
Arteris	5ª emissão - série 3	161.540	IPCA + 5,09% a.a.	out/24	167.580	163.818
					<u>1.671.380</u>	<u>1.638.403</u>
Autovias	4ª emissão - Série única	10.000	CDI+1,40%a.a.	set/18	50.200	100.416
					<u>50.200</u>	<u>100.416</u>
Centrovias	2ª emissão	40.000	CDI+0,99%a.a.	jun/18	58.436	57.384
Centrovias	3ª emissão	10.000	CDI+1,25%a.a.	mar/19	100.392	100.409
					<u>158.828</u>	<u>157.793</u>
Intervias	3º emissão	60.000	CDI+1,09%a.a.	set/18	204.236	208.501
Intervias	4 º emissão - 1º série	15.000	CDI+1,10%a.a.	out/19	103.568	101.678
Intervias	4º emissão - 2º série	22.500	IPCA+5,96%a.a.	out/19	286.555	279.564
					<u>594.359</u>	<u>589.743</u>
ViaPaulista	1ª emissão - série Única	20.000	CDI+2,10%a.a.	out/19	203.710	203.991
					<u>203.710</u>	<u>203.991</u>
Planalto Sul	2ª Emissão - Série Única	100.000	IPCA + 8,17% a.a.	dez/25	148.784	144.558
					<u>148.784</u>	<u>144.558</u>
Fernão Dias	4ª emissão - Série única	65.000	IPCA+7,53%a.a.	set/26	74.729	72.706
					<u>74.729</u>	<u>72.706</u>
				Total	2.901.990	2.907.610
				Circulante	532.905	497.542
				Não Circulante	2.369.084	2.410.068

A Sociedade classificou os juros pagos sobre debêntures como fluxo de caixa de financiamento na Controladora, pois essas debêntures foram captadas e repassadas por meio de contratos de mútuo, para suprir a necessidade de capital de giro de suas subsidiárias federais.

Em 31 de março de 2018, as parcelas relativas ao saldo de longo prazo das emissões apresentavam a seguinte composição:

<u>Controladora</u>	
<u>Ano de vencimento</u>	
2021	727.112
2022	727.112
A partir de 2022	164.276
	<u>1.618.500</u>

<u>Consolidado</u>	
<u>Ano de vencimento</u>	
2019	1.468
2020	537.068
2021	741.355
2022	748.696
A partir de 2023	340.497
	<u>2.369.084</u>

O valor justo das debêntures registradas nos passivos circulante e não circulante é próximo de seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é

Notas Explicativas

significativo, tendo em vista que as taxas de descontos são substancialmente semelhantes às contratadas.

As debêntures de emissões da Sociedade, das concessionárias estaduais e federais contêm cláusulas restritivas que implicam vencimento antecipado e requerem o cumprimento de determinados índices financeiros conforme estipulados nas cláusulas de vencimento antecipado constantes nas escrituras de emissão de cada uma das emissões, arquivadas na CVM. Em 31 de março de 2018 e em 31 de dezembro de 2017, a Sociedade e suas controladas, não apresentam desvios em relação ao cumprimento das condições contratuais pactuadas nas debêntures.

As debêntures de 2ª e 3ª emissões da Centrovias e 3ª e 4ª emissões da Intervias, não possuem garantias.

As debêntures da 1ª e 3ª séries da 5ª emissão da Sociedade são garantidas por:

1. Alienação fiduciária de 100% das ações de emissão da Arteris Participações.
2. Cessão fiduciária de 100% do fluxo de dividendos da Intervias.

As debêntures da 4ª emissão – série única da Autovias são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris.

As debêntures da 4ª emissão da Fernão Dias e da 2ª emissão da Planalto Sul são garantidas por:

1. Cessão fiduciária dos direitos creditórios de titularidade da emissora.
2. Penhor de 100% das ações de titularidade da emissora.
3. Cessão fiduciária dos direitos emergentes da concessão.

As debêntures da 1ª emissão – série única da ViaPaulista são garantidas por:

1. Fiança integral e solidária da Arteris S.A.
2. Alienação Fiduciária de 100% das ações de emissão da emissora.
3. Cessão Fiduciária de 100% dos direitos creditórios e emergentes da concessão.

15. PARTES RELACIONADAS

As transações efetuadas com partes relacionadas são relativas a despesas administrativas, mútuos e debêntures privadas para capital de giro e execução do plano de investimentos do grupo.

Os saldos em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 e as transações realizadas em 31 de março de 2018 e de 2017, com partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Notas Explicativas

<u>Ativo circulante</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladas</u>				
Contas a receber:				
Autovias S.A. (a)	1.272	1.450	-	-
Centrovias S.A. (a)	1.158	1.341	-	-
Intervias S.A. (a)	1.241	1.445	-	-
Vianorte S.A. (a)	1.010	1.190	-	-
Planalto Sul S.A. (a)	410	439	-	-
Fluminense S.A. (a)	577	669	-	-
Fernão Dias S.A. (a)	940	963	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	1.158	1.093	-	-
Litoral Sul S.A. (a)	918	938	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	2.787	2.212	-	-
Arteris Participações (a)	1.255	834	-	-
ViaPaulista S.A. (a - i)	13.592	9.630	-	-
Juros sobre capital próprio:				
Autovias S.A. (d)	11.443	11.443	-	-
Centrovias S.A. (d)	6.572	3.956	-	-
Intervias S.A. (d)	6.245	4.359	-	-
Vianorte S.A. (d)	8.666	8.666	-	-
Arteris Participações (d)	536	-	-	-
Dividendos a receber:				
Autovias S.A. (d)	8.563	8.563	-	-
Intervias S.A. (d)	3	3	-	-
Régis Bittencourt S.A. (d)	3.052	3.052	-	-
Debêntures:				
Litoral Sul S.A. (g)	41.755	41.049	-	-
<u>Outras partes relacionadas:</u>				
Contas a receber:				
PDC Participações S.A.	12	6	12	6
Abertis Infraestrutura Finance BV	202	209	202	209
Total	<u>113.367</u>	<u>103.510</u>	<u>214</u>	<u>215</u>
<u>Ativo não circulante</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladas</u>				
Empréstimos:				
Fluminense S.A. (b)	257.693	253.554	-	-
Régis Bittencourt S.A. (b)	23.806	23.426	-	-
Litoral Sul S.A. (b)	557.618	548.608	-	-
Debêntures:				
Fluminense S.A. (e)	161.724	158.962	-	-
Régis Bittencourt S.A. (f)	344.623	338.743	-	-
Litoral Sul S.A. (g)	235.852	231.822	-	-
Total	<u>1.581.316</u>	<u>1.555.115</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

Notas Explicativas

<u>Passivo circulante</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.12.2017</u>
<u>Controladas</u>				
Empréstimos:				
Autovias S.A. (c)	162.322	172.507	-	-
Vianorte S.A. (c)	138.864	136.525	-	-
<u>Controladas</u>				
Contas a pagar:				
Autovias S.A. (a)	-	47	-	-
Centrovias S.A. (a)	-	50	-	-
Intervias S.A. (a)	-	54	-	-
Vianorte S.A. (a)	-	45	-	-
Planalto Sul S.A. (a)	-	16	-	-
Fluminense S.A. (a)	-	25	-	-
Fernão dias S.A. (a)	-	37	-	-
Régis Bittencourt S.A. (a)	-	43	-	-
Litoral Sul S.A. (a)	-	36	-	-
Latina Manutenção de Rodovias Ltda. (a)	46	41	-	-
Total	301.232	309.426	-	-
<u>Passivo não circulante</u>				
<u>31.03.2018</u>				
<u>31.12.2017</u>				
<u>31.03.2018</u>				
<u>31.12.2017</u>				
<u>Controladas</u>				
Empréstimos:				
Centrovias S.A. (c)	240.652	236.725	-	-
Intervias S.A. (c)	9.377	-	-	-
Debêntures:				
Intervias S.A. (h)	329.676	332.924	-	-
Total	579.705	569.649	-	-
			<u>Controladora</u>	
Receitas (despesas) financeiras líquidas			<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
<u>Controladas</u>				
Autovias S.A.			(3.330)	(5.822)
Centrovias S.A.			(4.620)	(8.240)
Intervias S.A.			(7.213)	(19.576)
Vianorte S.A.			(2.751)	(5.420)
Abertis Infraestructura			-	(3.220)
Brookfield Aylesbry			-	(4.203)
			<u>(17.914)</u>	<u>(46.481)</u>
Planalto Sul S.A.			-	8.849
Fluminense S.A.			(1)	12.863
Fernão Dias S.A.			-	12.899
Régis Bittencourt S.A.			7.365	17.577
Litoral Sul S.A.			<u>16.172</u>	<u>25.610</u>
			<u>23.536</u>	<u>77.798</u>

(a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris adota um critério de rateio de custos da "Holding",

Notas Explicativas

- baseando-se na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias.
- (b) Contratos de mútuo ativo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal a partir de dezembro de 2019.
 - (c) Contratos de mútuo passivo com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI mais 1,037% a 1,8% ao ano com vencimentos de juros e principal, a partir de abril de 2019 para a Vianorte, novembro de 2018 para Autovias e dezembro de 2019 para Centrovias e Intervias.
 - (d) Refere-se a dividendos e juros sobre capital próprio a receber.
 - (e) Refere-se a instrumento particular de escritura de 2^a, 3^a e 4^a emissão de debêntures simples, de série única, não conversível em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Fluminense e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Fluminense. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros previsto para 10 de abril 2019, 03 de julho de 2019 e 19 de outubro de 2019.
 - (f) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2^a, 3^a, 4^a, 5^a e 6^a emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrados entre a Régis Bittencourt e Arteris, cuja destinação de recursos será para execução do plano de investimentos da Régis Bittencourt. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,5% ao ano, com vencimento do principal e juros da 2^a emissão em 27 de abril de 2019, da 3^a emissão em 25 de julho de 2019, da 4^a emissão em 19 de agosto de 2019, da 5^a emissão em 18 de setembro de 2019 e da 6^a emissão em 19 de outubro de 2019.
 - (g) Refere-se a instrumentos particulares de escritura de 2^a, 3^a, 4^a e 5^a emissões de debêntures, de séries únicas, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Litoral Sul e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos da Litoral Sul. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 1,4% para 2^a emissão e 1,5% ao ano para as demais, com vencimento do principal e juros em 31 de março de 2019 para 2^a emissão, 28 de abril de 2019 para 3^a emissão, 3 de julho de 2019 para 4^a emissão e 19 de agosto de 2019 para 5^a emissão.
 - (h) Refere-se a instrumento particular de escrita de 4^a emissão de debêntures, de série única, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, celebrado entre a Intervias e Arteris, cuja destinação de recursos será para a execução do plano de investimentos de outras concessões do Grupo Arteris. Os referidos títulos serão remunerados a taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescida de spread de 2,0% ao ano, com vencimento do principal e juros da 4^a emissão em 25 de junho de 2019.

Notas Explicativas

- (i) Refere-se a despesas iniciais da concessionária pagas pela Controladora que será reembolsada até junho de 2018.

Além das operações anteriormente mencionadas a Latina Manutenção realizou obras nas rodovias, registradas no intangível das concessionárias que no consolidado representam o valor de R\$15.370 (R\$55.911 em 31 de março de 2017).

No decorrer do período findo em 31 de março de 2018, a Sociedade reconheceu o montante de R\$244 (R\$1.366 em 31 de março de 2017) na Controladora, já descontado o rateio de despesas efetuado pela Arteris, e de R\$4.354 (R\$6.234 em 31 de março de 2017) no Consolidado, a título de remuneração de seus administradores incluídos os encargos. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e as suas controladas, tampouco possuem benefícios indiretos.

A remuneração dos administradores foi aprovada em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, sendo a remuneração global anual sem encargos em até R\$15.000 para a Controladora e R\$25.000 para o Consolidado.

Em relação às transações realizadas com partes relacionadas, essas transações são submetidas ao Conselho de Administração para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade e suas controladas com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

16. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

A Sociedade e suas controladas concedem a seus empregados a participação no lucro e resultado anual. O cálculo dessa participação baseia-se no alcance de metas empresariais e objetivos específicos, estabelecidos, aprovados e divulgados no início de cada exercício e seu pagamento é efetuado no exercício seguinte conforme a mensuração do atingimento das metas e dos objetivos. Durante o exercício corrente as provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações sociais. Os saldos de provisão para o Programa de Participação nos Resultados "PPR" registrados em 31 de março de 2018, na rubrica "Obrigações sociais" são de R\$15.158 na Controladora (R\$12.746 em 31 de dezembro de 2017) e R\$43.298 no consolidado (R\$35.425 em 31 de dezembro de 2017).

Participam do programa anual todos os empregados ativos e empregados desligados para o período que trabalharam durante o exercício social. No caso de empregados desligados participam aqueles com desligamento sem justa causa.

O cálculo da participação baseia-se em metas empresariais e objetivos específicos sobre os quais são atribuídos pesos conforme tabelas específicas. As metas, os objetivos e os pesos, resumem-se principalmente em cumprimento do orçamento de despesas e receitas, EBITDA consolidado e por empresa, além de avaliações individuais baseadas em competência técnica e comprometimento com qualidade.

A Sociedade e suas controladas provêm a seus empregados benefícios de assistência médica, assistência odontológica e seguro de vida, enquanto permanecem com vínculo empregatício. Tais benefícios são parcialmente custeados pelos empregados de acordo com sua categoria profissional e utilização dos respectivos planos. Esses benefícios são registrados como custos ou despesas quando incorridos.

Notas Explicativas

17. CREDORES PELA CONCESSÃO

Referem-se aos valores dos ônus das concessões obtidas pelas controladas Autovias, Centrovias, Intervias e Vianorte, devidos ao DER/SP pela outorga das concessões estaduais, ajustados a valor presente. Para a controlada ViaPaulista, refere-se ao valor do ônus da concessão, devido a ARTESP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente.

Os valores dos ônus das concessões serão liquidados em 240 parcelas mensais e consecutivas, tendo sido paga a primeira parcela em setembro de 1998 pela Autovias, em junho de 1998 pela Centrovias, em fevereiro de 2000 pela Intervias e em março de 1998 pela Vianorte. Os montantes são reajustados pela mesma fórmula e nas mesmas datas em que o reajustamento for efetivamente aplicado às tarifas de pedágio, com vencimento no último dia útil de cada mês.

O valor do ônus da controlada ViaPaulista será liquidado em duas parcelas, sendo que a primeira foi paga na data da assinatura do contrato, em conjunto com o ágio ofertado corrigido, e a segunda parcela da outorga fixa a ser liquidada na data da assinatura do Termo de Transferência do Sistema Remanescente, será corrigida desde a data base do contrato em outubro de 2017.

Dessa maneira, o montante da obrigação foi determinado conforme segue:

		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
		31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
<u>Circulante</u>					
Autovias	Direito de outorga	3.816	6.025	3.862	6.136
	Parcela variável (a)	494	496	494	496
Centrovias	Direito de outorga	2.276	5.657	2.291	5.727
	Parcela variável (a)	520	534	520	534
Intervias	Direito de outorga	8.471	8.362	8.698	8.586
	Parcela variável (a)/(b)	688	682	688	682
Vianorte	Direito de outorga	-	9.237	-	9.293
	Parcela variável (a)	447	467	447	467
ViaPaulista	Direito de outorga	232.224	226.177	241.895	239.372
Total		<u>248.936</u>	<u>257.637</u>	<u>258.895</u>	<u>271.293</u>
		Consolidado			
		Valor presente		Valor real em (*)	
<u>Não circulante</u>		31.03.2018	31.12.2017	31.03.2018	31.12.2017
Intervias	Direito de outorga	6.788	8.645	7.289	9.338
Total		<u>6.788</u>	<u>8.645</u>	<u>7.289</u>	<u>9.338</u>

(*) Valores reais atualizados até a data de encerramento do período, inseridos somente como informação adicional.

(a) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta de pedágio mensal. Em 14 de dezembro de 2013, o conselho diretor da Artesp prorrogou por prazo indeterminado a autorização concedida para retenção e desconto de 50% do valor devido a título de outorga variável (o que corresponde ao pagamento de 1,5% sobre as receitas das concessionárias).

(b) Valor variável correspondente a 1,5% da receita bruta mensal de pedágio e 25% das receitas mensais acessórias efetivamente obtidas, com vencimento até o último dia útil do mês subsequente.

Notas Explicativas

A quantidade de parcelas a partir de 31 de março de 2018 está assim representada:

	Parcelas		
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Total</u>
Autovias	5	-	5
Centrovias	2	-	2
Intervias	12	10	22
ViaPaulista	1	-	1

Os valores pagos pelas controladas da Sociedade no decorrer dos períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 ao Poder Concedente estão assim representados:

	31.03.2018		
	Outorga		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Valor pago</u>
Autovias	2.297	1.401	3.698
Centrovias	3.436	1.491	4.927
Intervias	2.138	1.962	4.100
Vianorte	9.293	1.299	10.592
Total	<u>17.164</u>	<u>6.153</u>	<u>23.317</u>
	31.03.2017		
	Outorga		
	<u>Fixa</u>	<u>Variável</u>	<u>Valor pago</u>
Autovias	2.261	907	3.168
Centrovias	3.383	1.407	4.790
Intervias	2.105	1.912	4.017
Vianorte	13.724	1.239	14.963
Total	<u>21.473</u>	<u>5.465</u>	<u>26.938</u>

Em 31 de março de 2018, as parcelas relativas ao valor real classificadas no passivo não circulante apresentavam a seguinte composição:

<u>Ano de vencimento</u>	
2019	6.070
2020	<u>718</u>
	<u>6.788</u>

Notas Explicativas

18. PROVISÕES

Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios

A Sociedade e suas controladas têm reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, à ações cíveis em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas, fiscais e regulatórios.

A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente o fluxo de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade e de suas controladas.

A movimentação dos saldos individuais e consolidados dos riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios durante os períodos findos em 31 de março de 2018 é conforme segue:

	Controladora					31.03.2018
	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Trabalhistas	1	70	(1)	(70)	-	-
Fiscal	181	1	(1)	-	-	181
Total	182	71	(2)	(70)	-	181

	Controladora					31.03.2017
	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Trabalhistas	231	1	-	-	-	232
Fiscal	177	1	-	-	-	178
Total	408	2	-	-	-	410

	Consolidado					31.03.2018
	31.12.2017	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Cíveis	38.651	5.771	(3.929)	(4.103)	-	36.390
Trabalhistas	15.574	2.440	(1.718)	(1.860)	-	14.436
Regulatório	46.595	3	-	(953)	1.958	47.603
Fiscal	180	1	-	-	-	181
Total	101.000	8.215	(5.647)	(6.916)	1.958	98.610

	Consolidado					31.03.2017
	31.12.2016	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	
Cíveis	22.692	4.724	(2.507)	(2.711)	-	22.198
Trabalhistas	12.018	3.548	(1.239)	(1.364)	-	12.963
Regulatório	38.186	1.911	(2.445)	(27)	-	37.625
Fiscal	177	1	-	-	-	178
Total	73.073	10.184	(6.191)	(4.102)	-	72.964

As concessionárias são parte em processos regulatórios administrativos e judiciais movidos pela ANTT e ARTESP. Periodicamente as concessionárias realizam revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de março de 2018 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos totalizando R\$47.603 (R\$46.595 em 31 de dezembro de 2017). Existem ainda outros processos com a ANTT e ARTESP cuja probabilidade de perda é possível de acordo com os assessores jurídicos da Sociedade e que totalizam R\$44.617 (R\$41.236 em 31 de dezembro de 2017).

Adicionalmente, a Sociedade e suas controladas são parte em processos cíveis, trabalhistas e fiscais, ainda em andamento, advindos do curso normal de suas

Notas Explicativas

operações, classificados como de risco possível por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos representam o montante de R\$52.587 em 31 de março de 2018 (R\$41.992 em 31 de dezembro de 2017).

Em 31 de março de 2018 os depósitos judiciais de R\$6.280 e R\$89.688, na Controladora e no consolidado, respectivamente, (R\$6.279 e R\$93.779, respectivamente, em 31 de dezembro de 2017), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais em que não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto, exceto no consolidado onde o montante de R\$6.365 está relacionado a processos cujo prognóstico de perda é provável e as provisões foram registradas pelas Sociedades.

O saldo de R\$89.688 de depósitos judiciais no consolidado é composto da seguinte forma: R\$65.314 referentes a indenizações para desapropriações de obras nas concessionárias federais, R\$ 6.749 referentes a ações trabalhistas e R\$17.625 referente a depósitos, de naturezas diversas, das concessionárias estaduais, federais e da Controladora.

Provisão para manutenção e investimentos

A provisão para manutenção é calculada com base na melhor estimativa considerando os valores da próxima intervenção. A provisão para investimentos é calculada considerando os valores até o final da concessão com base na melhor estimativa de gastos a serem incorridos na construção e melhoria de rodovias.

A movimentação do saldo das provisões para manutenção e investimentos durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017 é conforme segue:

Provisões	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldo em 31.12.2017	26.639	178.542	154.284	283.501
Adições/Reversões	-	25.309	-	62.506
Utilizações	-	(127.344)	-	-
Ajuste a valor presente	26	965	2.687	5.527
Transferências	10.798	70.980	(10.798)	(70.980)
Saldo em 31.03.2018	<u>37.463</u>	<u>148.452</u>	<u>146.173</u>	<u>280.554</u>

Provisões	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia	Investimentos em rodovia	Manutenção em rodovia
Saldos em 31.12.2016	63.749	332.903	2.014	350.453
Adições/Reversões	-	7.792	-	38.020
Utilizações	(4.073)	(65.032)	-	-
Ajuste a valor presente	328	753	28	9.402
Transferências	257	53.141	(257)	(53.141)
Saldo em 31.03.2017	<u>60.261</u>	<u>329.557</u>	<u>1.785</u>	<u>344.734</u>

Notas Explicativas

Os pagamentos efetuados no período findo em 31 de março de 2018, referente às manutenções realizadas foram de R\$109.331 (R\$76.357 em 31 de março de 2017).

Houve um aumento de utilizações em relação a 2017 devido as manutenções realizadas nas concessionárias estaduais, próximas ao final da concessão, e do início do primeiro ciclo de manutenção das concessionárias federais.

19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital social

O capital social em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017 é de R\$5.047.469 e está representado por 726.415.783 ações ordinárias sem valor nominal.

Reservas de lucros e distribuição de dividendos (Controladora):

Reserva legal e retenção de lucros

O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas ou reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76.

Distribuição de dividendos

O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Notas Explicativas**20. RECEITAS**

Estão representadas por:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017
Receita de serviços prestados	747.004	688.312
Receita de serviços de construção	238.076	473.578
Outras receitas	9.705	10.113
	<u>994.785</u>	<u>1.172.003</u>

A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do período é como segue:

	Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017
Receita bruta	994.785	1.172.003
ISSQN	(37.808)	(34.855)
PIS	(5.037)	(4.670)
COFINS	(23.242)	(21.558)
Outras deduções	(117)	(680)
Receita líquida	<u>928.581</u>	<u>1.110.240</u>

21. CUSTOS E DESPESAS POR NATUREZA

Estão representados por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Despesas:				
Com pessoal	(369)	(38)	(23.861)	(22.095)
Serviços de terceiros	(252)	(398)	(7.056)	(5.622)
Manutenção de bens e conservação	(19)	(406)	(3.284)	(2.963)
Consumo	(20)	(20)	(4.011)	(3.482)
Transportes	(12)	(11)	(1.424)	(1.330)
Seguros/Garantias	(34)	(28)	(60)	(28)
Provisão para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(69)	(2)	(2.850)	(3.460)
Comunicação e marketing	(5)	-	(2.362)	(1.530)
Indenizações à terceiros	-	-	360	(835)
Publicações legais	-	-	(1.522)	(1.310)
Depreciação / Amortização	(2.375)	(1.424)	(4.130)	(3.287)
Outros	(116)	(326)	(2.430)	(3.757)
Total	<u>(3.271)</u>	<u>(2.653)</u>	<u>(52.630)</u>	<u>(49.699)</u>

Notas Explicativas

	Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017
Custos:		
Com pessoal	(41.630)	(38.034)
Serviços de terceiros	(50.009)	(44.831)
Conservação	(31.670)	(32.099)
Manutenção e conservação de móveis e imóveis	(3.713)	(3.366)
Consumo	(7.841)	(7.858)
Transportes	(8.400)	(8.481)
Verba de Fiscalização	(12.457)	(12.053)
Recursos para desenvolvimento tecnológico (Federais)	(1.221)	(1.320)
Seguros / Garantias	(5.550)	(5.114)
Ônus variável	(6.123)	(5.863)
Provisão de manutenção em rodovias	(87.815)	(45.812)
Custos de serviços da construção	(238.076)	(473.578)
Depreciação / Amortização	(237.753)	(168.552)
Amortização da Outorga	(3.317)	(6.552)
Outros	(6.207)	11.395
Total	<u>(741.782)</u>	<u>(842.118)</u>

22. RESULTADO FINANCEIRO

Está representado por:

	Controladora		Consolidado	
	31.03.2018	31.03.2017	31.03.2018	31.03.2017
Receitas financeiras:				
Juros ativos	31.656	77.799	-	(2)
Aplicações financeiras	4.297	2.531	11.177	16.622
Ganho no ajuste de valor de mercado de derivativos	-	1.294	-	1.294
Outras receitas	390	11	1.284	2.043
Total	<u>36.343</u>	<u>81.635</u>	<u>12.461</u>	<u>19.957</u>
Despesas financeiras:				
Encargos financeiros	(52.595)	(56.904)	(112.378)	(87.673)
Atualização montária do ônus da concessão	-	-	(6.636)	(1.992)
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	-	-	(9.188)	(10.426)
Perdas em operações de swap	(614)	(11.401)	(614)	(11.401)
Perdas no ajuste de valor de mercado de derivativos	(1.731)	-	(1.731)	-
Outras despesas	(3.078)	(6.549)	(9.498)	(13.395)
Total	<u>(58.018)</u>	<u>(74.854)</u>	<u>(140.045)</u>	<u>(124.887)</u>
Variação cambial líquida:				
Variação cambial	(1.463)	6.750	(1.463)	6.750
Total	<u>(1.463)</u>	<u>6.750</u>	<u>(1.463)</u>	<u>6.750</u>

Notas Explicativas

23. DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluída na demonstração dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 5.

b) Informações suplementares

	<u>Controladora</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	660	-
	<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
Transações de investimentos e financiamentos que não envolveram caixa:		
Aquisição de bens do intangível registrados em obrigações nas contas de fornecedores, partes relacionadas, cauções contratuais e obrigações fiscais	141.264	221.382
Juros capitalizados	20.452	51.248
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de investimentos, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível do período	(281.532)	(270.246)

24. LUCRO POR AÇÃO

O cálculo básico de lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido do período, atribuído aos detentores de ações ordinárias da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o período.

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizadas no cálculo do lucro básico e diluído por ação:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>	<u>31.03.2018</u>	<u>31.03.2017</u>
<u>Básico/Diluído</u>				
Lucro (prejuízo) líquido do período	(7.399)	73.902	(5.067)	76.291
Número de ações durante o período	726.416	564.237	726.416	564.237
Lucro por ação	(0,0102)	0,1310	(0,0070)	0,1352

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação, pois não houve durante os períodos findos em 31 de março de 2018 e de 2017, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

Notas Explicativas

25. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações financeiras trimestrais, conforme quadro a seguir:

		Controladora			
		31.03.2018		31.12.2017	
Nível		Valor justo por meio de resultados	Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	117.353	-	468.880	-
Partes relacionadas	Nível 2	-	1.694.683	-	1.658.625
Outras contas a receber	Nível 2	-	521	-	477
Derivativo ativo	Nível 2	4.631	-	1.862	-
Fornecedores e cauções	Nível 2	-	4.215	-	3.290
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	167.311	-	246.708
Debêntures	Nível 2	-	1.659.438	-	1.626.888
Partes relacionadas	Nível 2	-	880.937	-	879.075
Outras contas a pagar	Nível 2	-	2.519	-	5.066
		<u>121.984</u>	<u>4.409.624</u>	<u>470.742</u>	<u>4.420.129</u>

		Consolidado			
		31.03.2018		31.12.2017	
Nível		Valor justo por meio de resultados	Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado	Valor justo por meio de resultados	Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado
Equivalentes de caixa	Nível 2	668.769	-	698.941	-
Partes relacionadas	Nível 2	-	214	-	215
Contas a receber clientes	Nível 2	-	162.175	-	156.309
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	107.376	-	103.424	-
Outras contas a receber	Nível 2	-	17.473	-	7.951
Derivativo ativo	Nível 2	4.631	-	1.862	-
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	-	239.548	-	262.506
Empréstimos e financiamentos	Nível 2	-	3.301.142	-	3.199.119
Debêntures	Nível 2	-	2.885.976	-	2.891.755
Credores pela concessão	Nível 2	-	255.724	-	266.282
Taxa de fiscalização	Nível 2	-	4.172	-	4.083
Outras contas a pagar	Nível 2	-	23.493	-	77.244
		<u>780.776</u>	<u>6.889.917</u>	<u>804.227</u>	<u>6.865.464</u>

O quadro acima apresenta os ativos financeiros classificados de acordo com o CPC 40 e as novas categorias de mensuração de acordo o CPC 48.

O pronunciamento técnico CPC 48 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros, baseada em informações observáveis e não observáveis referentes à valorização de um instrumento financeiro na data de mensuração.

O pronunciamento técnico CPC 48 também define informações observáveis como dados de mercado, obtidos de fontes independentes e informações não observáveis que refletem premissas de mercado.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

Nível 1: Preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;

Nível 2: Informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);

Nível 3: Instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Notas Explicativas

Os seguintes métodos e premissas foram adotados:

Ativo ou Passivo financeiro mensurado pelo custo amortizado

Os valores registrados contabilmente aproximam-se razoavelmente do valor justo, pois estão atrelados a uma taxa de juros pós-fixada, no caso, a variação do CDI. Os valores contábeis dos financiamentos atrelados à TJLP aproximam-se dos seus valores justos em razão da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP ser uma taxa que, apesar de pré-fixada, não sofre variações, uma vez que é pré-determinada todos os trimestres pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

Estimativa de valor justo

A Sociedade possui os seguintes saldos de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo:

Instrumento	Valor de referencia	Valor justo do instrumento - ganho (perda)	Índice do banco		Índice da Sociedade	
			Índice	Taxa de juros	Índice	Taxa de juros
SWAP-Scotia Bank	167.601	4.631	US\$	Varição cambial + 2,7488% a.a.	R\$	CDI+1,60% a.a.

Instrumento financeiro derivativo

A Sociedade classifica os instrumentos derivativos em “financeiros”. Os “financeiros” são derivativos do tipo “swap” contratados para proteger o risco cambial dos fluxos de caixa dos empréstimos e financiamentos denominados em moeda estrangeira.

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, o contrato aberto de “swap” possui vencimento em agosto de 2018 e foi celebrado com contraparte representada pelo Scotiabank Brasil S.A. Banco Múltiplo, em 2 de agosto de 2016.

	31.03.2018		31.12.2017	
	Valor Principal (Notional)	Valor justo	Valor Principal (Notional)	Valor justo
Ponta Ativa:				
Posição Comprada Dólar	167.601	165.307	167.282	167.319
Total	<u>167.601</u>	<u>165.307</u>	<u>167.282</u>	<u>167.319</u>
Ponta Passiva:				
Taxa CDI pós-fixada	159.798	160.676	163.979	165.457
Total	<u>159.798</u>	<u>160.676</u>	<u>163.979</u>	<u>165.457</u>
Instrumento financeiro derivativo	<u>7.803</u>	<u>4.631</u>	<u>3.303</u>	<u>1.862</u>

A operação de “swap” financeiro consiste na troca da variação cambial por uma correção relacionada a um percentual da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI pós-fixado.

Para o instrumento financeiro derivativo mantido pela Sociedade em 31 de março de 2018, devido ao fato de os contratos serem efetuados diretamente com instituições financeiras e não por meio da BM&FBOVESPA, não há margens depositadas como garantia das referidas operações.

Notas Explicativas

26. GESTÃO DE RISCO

De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade e de suas controladas estão apresentados a seguir:

Riscos de mercado

a) Exposição a riscos cambiais

O risco de câmbio é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de câmbio.

A característica deste instrumento e os riscos aos quais estão atrelados estão descritos a seguir:

A Sociedade está exposta ao risco de câmbio resultante de instrumentos financeiros em moedas diferentes de suas moedas funcionais. Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017, a Sociedade está exposta basicamente ao risco de flutuação do dólar norte-americano. Para proteger a exposição cambial, a Sociedade contratou operação com instrumento financeiro derivativo do tipo "swap". O derivativo contratado pela Sociedade deverá limitar a perda referente à desvalorização cambial em relação ao lucro líquido projetado para o período em curso.

Em 31 de março de 2018, o balanço patrimonial da Controladora e Consolidado inclui contas denominadas em moeda estrangeira que representam um passivo de R\$167.311 (R\$166.999 em 31 de dezembro de 2017). Essas contas são protegidas com o derivativo tipo "swap".

Análise de sensibilidade

Na análise de sensibilidade relacionada ao risco de exposição cambial a Administração da Sociedade entende que há necessidade de considerar além dos ativos e passivos, com exposição à flutuação das taxas de câmbio, registrados no balanço patrimonial, o valor da curva dos instrumentos financeiros contratados pela Sociedade para proteção de determinadas exposições, conforme demonstrado no quadro a seguir:

	<u>Controladora/Consolidado</u>
Empréstimos e financiamentos no Brasil em moeda estrangeira	167.495
Valor da curva do derivativo	<u>159.798</u>
Exposição cambial líquida	<u><u>7.697</u></u>

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma variação cabível que possa ocorrer na taxa do câmbio do US\$, mantendo-se todas as outras variáveis constantes, do lucro antes da tributação.

Notas Explicativas

Descrição	Risco da sociedade	Controladora		
		Efeito no lucro antes da tributação		
		Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
Exposição cambial líquida	Alta do dólar	7.697	9.622	11.546

O cenário provável considera as taxas futuras de dólar norte-americano, conforme cotação de câmbio R\$/US\$ obtidas no Banco Central, de 31 de março de 2018, na data prevista do vencimento do instrumento financeiro. Os cenários II e III consideram uma alta do dólar norte-americano de 25%, 4,17 R\$/US\$ e de 50% 5,01 R\$/US\$ respectivamente. Os cenários provável, II e III estão sendo apresentados em atendimento à Instrução CVM nº 475/08.

A Administração utiliza o cenário provável na avaliação das possíveis mudanças na taxa de câmbio e apresenta o referido cenário em atendimento à IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações. A Sociedade e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação.

b) Exposição a riscos de taxas de juros

A Sociedade, por meio de suas controladas, está exposta a riscos normais de mercado, relacionados às variações da TJLP, do IPCA e do CDI, relativos a empréstimos e debêntures em reais. As taxas de juros das aplicações financeiras são vinculadas à variação do CDI.

Em atendimento a Instrução CVM nº475, em 31 de março de 2018, a Administração efetuou análise de sensibilidade considerando aumentos de 25% e de 50% nas taxas de juros esperadas sobre os saldos de empréstimos e financiamentos e debêntures, líquidos das aplicações financeiras.

A tabela abaixo demonstra a sensibilidade a uma possível mudança nas taxas de juros, mantendo-se todas as outras variáveis constantes no lucro antes da tributação (é afetado pelo impacto dos empréstimos a pagar sujeitos a taxas variáveis). Com relação ao patrimônio do Grupo, não existe impacto significativo.

Indicadores	Controladora		
	Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases		
	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,34%	7,93%	9,51%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(179.428)	(214.940)	(250.261)
Receita de aplicações financeiras	22.924	28.656	34.387
Receita financeira de mútuo (*)	76.311	95.390	114.468
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(80.193)	(90.894)	(101.406)
IPCA	3,54%	4,43%	5,31%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(11.056)	(12.642)	(14.228)
Juros a incorrer líquido	(91.249)	(103.536)	(115.634)

Notas Explicativas

Consolidado			
Efeito no lucro antes da tributação - Aumento/Redução em pontos bases			
Indicadores	Cenário I (provável)	Cenário II (+ 25%)	Cenário III (+50%)
CDI	6,34%	7,93%	9,51%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(144.703)	(175.822)	(207.288)
Receita de aplicações financeiras	60.450	75.563	90.675
Juros a incorrer CDI líquido (*)	(84.253)	(100.259)	(116.613)
TJLP	6,75%	8,44%	10,13%
Juros a incorrer - BNDES (*)	(190.604)	(238.256)	(285.908)
IPCA	3,54%	4,43%	5,31%
Juros a incorrer - BNDES e Debêntures (*)	(11.056)	(12.642)	(14.228)
Juros a incorrer - Debêntures	(29.047)	(32.258)	(35.467)
Juros a incorrer IPCA líquido (*)	(40.103)	(44.900)	(49.695)
Juros a incorrer líquido	<u>(314.960)</u>	<u>(383.415)</u>	<u>(452.216)</u>

Fonte dos índices: Relatório Focus - BACEN.

(*) Refere-se ao cenário de juros a incorrer para os próximos 12 meses ou até a data do vencimento do contrato, o que for menor.

Estas apresentações são adicionais às divulgações requeridas pelo IFRS, estando apresentadas em conformidade com as divulgações requeridas pela CVM.

c) Risco de crédito

Em 31 de março de 2018 as controladas apresentavam valores a receber no valor de R\$139.665 (R\$138.369 em 31 de dezembro de 2017) das empresas CGMP - Centro de Gestão de Meios de Pagamento S.A. ("Sem Parar"), Dbtrans, Conectar e Autoexpresso, decorrentes de receitas de pedágios arrecadadas pelo sistema eletrônico de pagamento de pedágio, registradas na rubrica "Contas a receber".

As controladas possuem carta de fiança firmada por instituição financeira para garantir a arrecadação das contas a receber com a CGMP.

d) Risco de liquidez e gestão de capital

O risco de liquidez é gerenciado pela Controladora, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos.

A Controladora gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Sociedade administra o capital por meio do monitoramento dos níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures.

A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais.

Notas Explicativas

A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações. A tabela inclui os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Controladora					Total
		2018	2019	2020	2021	2022 em diante	
Debêntures - CDI	12,95%	112.003	114.679	114.214	783.524	784.451	1.908.871
Debêntures - IPCA	12,86%	8.041	8.828	9.103	9.425	430.586	465.983
Capital de giro	13,08%	166.168	-	-	-	-	166.168
Fornecedores/Cauções contratuais	-	4.215	-	-	-	-	4.215
Outras contas a pagar	-	2.519	-	-	-	-	2.519
Partes relacionadas	8,09%	301.186	579.705	-	-	-	880.891
		<u>594.132</u>	<u>703.212</u>	<u>123.317</u>	<u>792.949</u>	<u>1.215.037</u>	<u>3.428.647</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.	Controladora				Total
		01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	01/01 a 31/03/2019	
Debêntures - CDI	12,95%	54.664	-	57.339	-	112.003
Debêntures - IPCA	12,86%	-	-	8.041	-	8.041
Capital de giro	13,08%	-	166.168	-	-	166.168
Fornecedores/Cauções contratuais	-	4.215	-	-	-	4.215
Outras contas a pagar	-	2.519	-	-	-	2.519
Partes relacionadas	8,09%	100.395	100.395	100.395	193.235	494.421
		<u>161.793</u>	<u>266.563</u>	<u>165.775</u>	<u>193.235</u>	<u>787.367</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	Consolidado					Total
		2018	2019	2020	2021	2022 em diante	
Debêntures - CDI	9,00%	560.773	435.998	114.214	783.524	784.451	2.678.960
Debêntures - IPCA	11,08%	33.963	340.043	38.482	58.919	862.386	1.333.793
Finame	6,00%	183	119	-	-	-	302
Credores pela concessão	4,50%	254.580	8.751	730	-	-	264.061
BNDES Automático	8,90%	414.836	561.357	574.040	582.608	2.316.668	4.449.509
Capital de giro	14,71%	177.240	-	-	-	-	177.240
Fornecedores e cauções contrat	-	227.098	12.450	-	-	-	239.548
Outras contas a pagar	-	20.707	18.601	-	-	-	39.308
		<u>1.689.380</u>	<u>1.377.319</u>	<u>727.466</u>	<u>1.425.051</u>	<u>3.963.505</u>	<u>9.182.721</u>

Modalidade	Taxa de juros (média ponderada)	Consolidado				Total
		01/04 a 30/06/2018	01/07 a 30/09/2018	01/10 a 31/12/2018	01/01 a 31/03/2019	
Debêntures - CDI	9,17%	176.872	267.793	123.778	55.087	623.530
Debêntures - IPCA	11,38%	-	1.409	24.884	1.353	27.646
Finame	6,00%	62	61	60	59	242
Credores pela concessão	4,50%	6.726	3.772	244.082	2.187	256.767
BNDES Automático	8,90%	138.279	138.279	138.279	143.041	557.878
Capital de giro	14,71%	11.072	166.168	-	-	177.240
Fornecedores e cauções contrat	-	173.900	15.711	37.487	12.020	239.118
Outras contas a pagar	-	18.531	1.208	965	449	21.153
		<u>525.442</u>	<u>594.401</u>	<u>569.535</u>	<u>214.196</u>	<u>1.903.574</u>

27. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

A Sociedade adotou o CPC 22 e a IFRS 8 - Informações por Segmento a partir de 1º de janeiro de 2009, os quais requerem que os segmentos operacionais sejam

Notas Explicativas

identificados com base nos relatórios internos a respeito dos componentes da Sociedade, regularmente revisados pela diretoria da Administração da Sociedade, principal tomador de decisões operacionais, para alocar recursos ao segmento e avaliar seu desempenho.

Como forma de gerenciar seus negócios tanto no âmbito financeiro como no operacional, a Sociedade classificou seus negócios em construção e concessão de rodovias. Essas divisões são consideradas os segmentos primários para divulgação de informações. As principais características estão mencionadas nas notas explicativas nº 2 e nº 4.

a) Demonstração do resultado por segmento

Resultado	31.03.2018				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
Receita líquida do segmento	928.581	26.513	955.094	(26.513)	928.581
Custos	(740.891)	(27.905)	(768.796)	27.014	(741.782)
Lucro bruto	187.690	(1.392)	186.298	501	186.799
Despesas gerais e administrativas	(54.108)	(3.457)	(57.565)	497	(57.068)
Outras (despesas) receitas operacionais	1.859	326	2.185	(323)	1.862
Receitas financeiras	25.640	47	25.687	(13.226)	12.461
Despesas financeiras	(131.329)	(70)	(131.399)	(8.646)	(140.045)
Variação cambial líquida	-	-	-	(1.463)	(1.463)
Lucro operacional antes dos impostos	29.752	(4.546)	25.206	(22.660)	2.546
Imposto de renda e contribuição social:					
Correntes	(29.919)	-	(29.919)	(319)	(30.238)
Diferidos	22.312	1.515	23.827	(1.202)	22.625
Lucro do líquido do período	22.145	(3.031)	19.114	(24.181)	(5.067)

b) Balanços por segmento

Ativos	31.03.2018				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
CIRCULANTES					
Caixa e equivalentes de caixa	548.532	2.844	551.376	117.393	668.769
Contas a receber	160.613	1.326	161.939	-	161.939
Contas a receber partes relacionadas	301.721	8.501	310.222	(310.008)	214
Outros circulantes	67.352	25.088	92.440	30.717	123.157
Total circulante	1.078.218	37.759	1.115.977	(161.898)	954.079
NÃO CIRCULANTES					
Aplicações financeiras vinculadas	107.376	-	107.376	-	107.376
Imposto de renda e contribuição social diferidos	420.325	15.767	436.092	(37.576)	398.516
Outros não circulantes	653.525	3.472	656.997	(496.960)	160.037
Imobilizado	29.110	25.744	54.854	7.033	61.887
Intangível	12.601.437	3.885	12.605.322	47.621	12.652.943
Diferido	12.769	-	12.769	(12.769)	-
Total não circulante	13.824.542	48.868	13.873.410	(492.651)	13.380.759
Total dos ativos	14.902.760	86.627	14.989.387	(654.549)	14.334.838

Notas Explicativas

Passivos	31.03.2018				
	Concessão	Construção	Total	Eliminações e "holding"	Saldo consolidado
CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	320.446	-	320.446	167.311	487.757
Debêntures	477.779	-	477.779	51.068	528.847
Fornecedores e cauções	228.664	6.491	235.155	4.215	239.370
Obrigações sociais e fiscais	98.122	15.038	113.160	64.894	178.054
Credores pela concessão	248.936	-	248.936	-	248.936
Dividendos Propostos	11.615	-	11.615	34.780	46.395
Provisão Manutenção / Investimentos	187.961	-	187.961	(2.046)	185.915
Outros circulantes	165.496	7.037	172.533	(137.224)	35.309
Total circulante	1.739.019	28.566	1.767.585	182.998	1.950.583
NÃO CIRCULANTES					
Empréstimos e financiamentos	2.813.385	-	2.813.385	-	2.813.385
Debêntures	748.759	-	748.759	1.608.370	2.357.129
Credores pela concessão	6.788	-	6.788	-	6.788
Provisão manutenção/investimento	334.787	-	334.787	91.940	426.727
Outros não circulantes	1.844.694	7.003	1.851.697	(1.657.247)	194.450
Total não circulante	5.748.413	7.003	5.755.416	43.063	5.798.479
Patrimônio líquido	7.415.328	51.058	7.466.386	(880.610)	6.585.776
Total dos passivos	14.902.760	86.627	14.989.387	(654.549)	14.334.838

28. GARANTIAS E SEGUROS

As concessionárias, por força contratual, mantêm regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus das concessões, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e por política interna de gestão de riscos, as concessionárias mantêm vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e dos bens que integram as concessões, além de danos materiais e corporais aos usuários. Todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza.

Em 31 de março de 2018, as coberturas de seguros das controladas são resumidas como segue:

Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Estaduais				
		Autovias	Centrovias	Intervias	Vianorte	ViaPaulista
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	28.000	24.000	28.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de	108.673	148.803	177.039	136.584	681.461
Modalidade	Riscos cobertos	Limites de indenizações - Federais				
		Planalto Sul	Fluminense	Fernão Dias	Régis Bittencourt	Litoral Sul
Todos os riscos	Riscos patrimoniais/perda de receita(*)	180.000	180.000	180.000	180.000	180.000
	Responsabilidade civil	20.000	20.000	20.000	20.000	20.000
Garantia	Garantia de execução do Contrato de	65.566	92.764	169.706	181.056	136.995

(*) Por sinistro

Além dos seguros anteriormente mencionados, a Sociedade mantém apólice de seguro de responsabilidade civil para os conselheiros, diretores e administradores, com limite de indenização no montante de R\$70.000.

Notas Explicativas

Foram contratadas apólices na modalidade Seguro Garantia Judicial referente a discussões judiciais, para as quais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. Em 31 de março de 2018, o valor dessas garantias é de R\$126.621 (R\$101.049 em 31 de dezembro de 2017) provenientes de autos de infração da ANTT, auto de infração do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA, proveniente de prestação de garantia nos autos de ação de execução fiscal e de auto de infração da ARTESP.

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

Integralizações de capital

Abaixo a relação das integralizações de capital ocorridas nas concessionárias do grupo:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Sociedade</u>	<u>Valor integralizado</u>
05.04.2018	AGE	Planalto Sul	1.000
20.04.2018	AGE	Planalto Sul	7.000
05.04.2018	AGE	Fernão Dias	3.000
20.04.2018	AGE	Fernão Dias	10.000
07.05.2018	AGE	Fernão Dias	3.000
05.04.2018	AGE	Litoral Sul	5.000
20.04.2018	AGE	Litoral Sul	14.000
07.05.2018	AGE	Litoral Sul	6.500
20.04.2018	AGE	Fluminense	6.000
07.05.2018	AGE	Fluminense	2.000
			<u>57.500</u>

Aumento de capital

Abaixo a relação dos aumentos de capital social ocorridas nas empresas do grupo:

<u>Data</u>	<u>Aprovação</u>	<u>Forma de integralização</u>	<u>Sociedade</u>	<u>Ações emitidas</u>	<u>Valor</u>	<u>Valor integralizado</u>
10.04.2018	AGO/E	Dinheiro	ViaPaulista	260.466.911	270.000	-
23.04.2018	Alteração contrato social	Dinheiro	Latina Manutenção	3.500.000	3.500	3.500
					<u>273.500</u>	<u>3.500</u>

Arteris

Em 27 de abril de 2018 foi aprovado em AGO/E aumento de capital social em R\$56.379, utilizando o valor referente aos dividendos propostos referentes ao exercício de 31.12.2017.

Autovias

Em 10 de abril de 2018, foi realizada uma AGO/E, autorizando a destinação dos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$74.639, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente foi distribuído o montante de R\$11.443 sob a forma de juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esses pagamentos foram realizados em 23 de abril de 2018.

Notas Explicativas

Centrovias

Em 10 de abril de 2018, foi realizada uma AGO/E, autorizando a destinação dos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$68.368, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente foi distribuído o montante de R\$3.956 sob a forma de juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esses pagamentos foram realizados em 23 de abril de 2018.

Intervias

Em 10 de abril de 2018, foi realizada uma AGO/E, autorizando a destinação dos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$103.981, sendo R\$98.675 pagos em 12 de abril de 2018, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente foi distribuído o montante de R\$8.547 sob a forma de juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, pago em 12 de abril de 2018.

Em 25 de abril de 2018 foi publicado no Diário Oficial do Estado de São Paulo, a deliberação do Conselho Diretor da ARTESP, aprovando a revisão tarifária devido a conclusão da segunda fase do contorno de Mogi Mirim. A tarifa da Praça de Araras que atualmente é de R\$6,00 passará a ser de R\$6,40, e a tarifa da Praça de Limeira (Eng. Coelho) que atualmente é de R\$5,60 passará a ser de R\$7,40 com cobrança bidirecional a partir das 0h do dia 02 de maio de 2018.

Em 26 de abril de 2018, foi realizada AGE e RCA sendo aprovada a 5ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em até 4 (quatro) séries, da espécie quirografária, no valor de R\$800.000 ("Debêntures"), as quais serão objeto de distribuição pública, com esforços restritos de distribuição ("Emissão" e "Oferta Restrita"), nos termos da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada, e da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), a serem distribuídas sob regime de garantia firme de colocação no valor de R\$800.000.

Vianorte

Em 10 de abril de 2018, foi realizada uma AGO/E, autorizando a destinação dos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$43.831, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Adicionalmente foi distribuído o montante de R\$8.666 sob a forma de juros sobre capital próprio referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esses pagamentos foram realizados em 23 de abril de 2018.

ViaPaulista

Durante o mês de abril de 2018 a Arteris realizou adiantamentos para futuro aumento de capital, conforme relacionados abaixo, mediante aportes com objetivo de suprir as necessidades de caixa da ViaPaulista. A conversão de AFAC em capital ocorrerá após anuência prestada pela ARTESP para o aumento de capital, nos termos do artigo 37.1, inciso "i", do Contrato de Concessão.

Notas Explicativas

<u>Data</u>	<u>Valor</u>
05.04.2018	1.000
09.04.2018	4.200
20.04.2018	14.500
27.04.2018	1.100
04.05.2018	4.000

Arteris Participações

Em 10 de abril de 2018, foi realizada uma AGO/E, autorizando a destinação dos dividendos do total da reserva de lucros no montante de R\$50.823, como dividendos adicionais propostos referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017. Esse pagamento foi realizado em 12 de abril de 2018.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Ao Conselho de Administração e aos Acionistas da

Arteris S.A.

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Arteris S.A. ("Sociedade") e controladas, contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e dessas informações financeiras intermediárias consolidadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a IAS 34 aplicável à elaboração das Informações Trimestrais - ITR e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Continuidade das operações das controladas Autovias S.A. e Vianorte S.A.

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às informações financeiras intermediárias, que indica que as controladas Autovias S.A. e Vianorte S.A. detém a concessão para exploração de suas atividades por 20 anos, cujas operações terão continuidade, respectivamente, até 18 de dezembro de 2018 e 17 de maio de 2018. Esta situação indica que essas companhias entrarão em um processo de dormência em função do referido assunto. A controlada Autovias S.A. possui pleitos em discussão com o Poder Concedente que podem alterar a data do encerramento de suas atividades. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

Diferença entre práticas contábeis nas informações financeiras intermediárias individuais

Conforme descrito na nota explicativa nº 3, as informações financeiras intermediárias individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais, no caso da Sociedade, diferem das normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS") aplicáveis às informações financeiras intermediárias consolidadas somente no que se refere à opção da manutenção do saldo de ativo diferido, existente em 31 de dezembro de 2008, que vem sendo amortizado. Nossa conclusão não está modificada em virtude deste assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (“DVA”) individual e consolidada, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Sociedade, foram submetidas a procedimentos de revisão em conjunto com a revisão das informações financeiras trimestrais individuais e consolidadas da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais informações financeiras individuais e consolidadas e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essas demonstrações do valor adicionado individual e consolidada acima referidas não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Campinas, 10 de maio de 2018

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Paulo de Tarso Pereira Jr.

Auditores Independentes

Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8

CRC nº 1 SP 253932/O-4

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Em reunião realizada no dia 10 de maio de 2018, às 10:00 horas, os membros do Conselho Fiscal da Arteris S.A. ("Companhia"), atendendo ao disposto no Artigo 163 da Lei nº 6.404/76, após análise dos documentos, manifestaram sua concordância com o teor das informações trimestrais, Parecer dos Auditores Independentes e Notas Explicativas, relativos ao 1º trimestre de 2018.

São Paulo, 10 de maio de 2018.

Débora Nogueira Messias de Miranda

Conselheira

Fernando Bernardes Boniolo Ziziotti

Conselheiro

Marcello Del Raso Alvarado Davis

Conselheiro suplente

Luiz Gustavo Rodrigues Perreira

Conselheiro Suplente

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com as demonstrações financeiras relativas ao período findo em 31 de março de 2018.
São Paulo, 10 de maio de 2018.

David Antonio Díaz Almazán

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Angelo Luiz Lodi

Diretor

Linomar Barros Deroldo

Diretor

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração da Diretoria

Na qualidade de Diretores da Arteris S.A., declaramos, nos termos do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, datada de 7 de dezembro de 2009, que revimos, discutimos e concordamos com o conteúdo e opinião expressos no parecer da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, relativos ao período social em 31 de março de 2018.

São Paulo, 10 de maio de 2018.

David Antonio Díaz Almazán

Diretor Presidente

Juan Gabriel Lopez Moreno

Diretor Econômico Financeiro e Diretor de Relações com Investidores

Flavia Lúcia Mattioli Tâmega

Diretora Jurídica

Angelo Luiz Lodi

Diretor

Linomar Barros Deroldo

Diretor